

InterCement Brasil S.A.

*Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2011 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
InterCement Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da InterCement Brasil S.A. essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira nem pelas IFRSs. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de março de 2012



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcisio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010			31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.260	48.447	103.648	173.302	Fornecedores		116.136	83.813	284.908	206.710
Títulos e valores mobiliários	5	41.184	102.400	41.184	105.741	Debêntures	15	-	-	2.260	2.298
Contas a receber de clientes	6	142.507	131.087	246.990	212.741	Empréstimos e financiamentos	14	187.845	192.719	336.119	273.886
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(19.381)	(19.614)	(29.304)	(29.387)	Impostos e obrigações a pagar	13	39.333	65.006	85.358	75.916
Estoques	7	312.424	234.575	536.474	380.382	Salários e encargos sociais		38.563	31.960	80.535	68.567
Impostos a recuperar	8	78.885	36.799	82.002	40.338	Dividendos e juros sobre o capital próprio		83.969	179	85.221	1.217
Outros créditos		23.704	10.988	46.719	38.571	Adiantamentos de clientes		886	667	16.616	18.317
Ativos classificados como mantidos para venda	9	-	26.897	-	75.157	Partes relacionadas	19	129.752	45.999	56.306	-
Total do ativo circulante		<u>613.583</u>	<u>571.579</u>	<u>1.027.713</u>	<u>996.845</u>	Outras obrigações		25.832	13.510	33.620	22.982
						Passivos classificados como mantidos para venda	9	-	-	-	48.260
NÃO CIRCULANTE						Total do passivo circulante		<u>622.316</u>	<u>433.853</u>	<u>980.943</u>	<u>718.153</u>
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	2.977	2.950	NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	6	274	284	274	284	Debêntures	15	-	-	7.739	9.803
Partes relacionadas	19	2.510	99	99	99	Empréstimos e financiamentos	14	698.649	502.844	1.073.828	903.650
Estoques	7	22.629	38.755	17.243	33.574	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	34.734	40.857	51.673	121.651
Impostos a recuperar	8	30.999	10.306	38.360	15.885	Provisão para reconstituição ambiental	17	54.532	53.592	87.033	88.293
Depósitos judiciais		16.078	14.358	16.304	14.557	Impostos e obrigações a pagar	13	24.539	-	27.116	2.676
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	226.447	236.668	247.546	256.204	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	279.798	210.222	390.714	307.650
Outros créditos		5.495	4.032	6.082	4.015	Outras obrigações		10.072	3.438	75.447	54.520
Investimentos:						Total do passivo não circulante		<u>1.102.324</u>	<u>810.953</u>	<u>1.713.550</u>	<u>1.488.243</u>
Em controladas	10	1.389.029	1.254.106	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Em empreendimentos controlados em conjunto	10	93.706	70.104	-	-	Capital social	20	1.004.829	906.431	1.004.829	906.431
Outros	10	27.876	27.876	43.609	42.883	Reserva de capital	20	55.670	55.670	55.670	55.670
Imobilizado	11	1.314.014	792.504	2.321.822	1.621.980	Reservas de lucros	20	1.195.516	1.058.876	1.195.516	1.058.876
Intangível:						Ajustes de avaliação patrimonial		9.752	(4.323)	9.752	(4.323)
Ágio	12	216.174	216.174	1.198.913	1.198.261	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		2.265.767	2.016.654	2.265.767	2.016.654
Outros intangíveis	12	31.593	24.615	53.413	45.973	Participações não controladoras		-	-	14.095	10.460
Total do ativo não circulante		<u>3.376.824</u>	<u>2.689.881</u>	<u>3.946.642</u>	<u>3.236.665</u>	Total do patrimônio líquido		<u>2.265.767</u>	<u>2.016.654</u>	<u>2.279.862</u>	<u>2.027.114</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>3.990.407</u>	<u>3.261.460</u>	<u>4.974.355</u>	<u>4.233.510</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.990.407</u>	<u>3.261.460</u>	<u>4.974.355</u>	<u>4.233.510</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
RECEITA	22	1.652.092	1.439.050	2.884.373	2.474.446
CUSTO DAS VENDAS	23	(1.195.743)	(1.070.637)	(2.056.016)	(1.779.063)
LUCRO BRUTO		<u>456.349</u>	<u>368.413</u>	<u>828.357</u>	<u>695.383</u>
Despesas gerais, administrativas e comerciais	23	(132.982)	(106.306)	(257.723)	(215.528)
Equivalência patrimonial	10	166.996	87.682	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	23	23.424	(24.044)	76.189	(38.536)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>513.787</u>	<u>325.745</u>	<u>646.823</u>	<u>441.319</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Varição cambial, líquida	24	(54.428)	11.735	(77.108)	2.044
Receitas financeiras	24	15.390	34.269	21.039	43.962
Despesas financeiras	24	(79.562)	(68.451)	(132.306)	(133.445)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>395.187</u>	<u>303.298</u>	<u>458.448</u>	<u>353.880</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	21	(10.826)	(7.559)	(61.586)	(56.736)
Diferidos	21	(81.781)	(71.215)	(90.051)	(70.740)
LUCRO LÍQUIDO	26	<u>302.580</u>	<u>224.524</u>	<u>306.811</u>	<u>226.404</u>
LUCRO ATRIBUÍDO A:					
Participação dos controladores		302.580	224.524	302.580	224.524
Participação de não controladores		-	-	4.231	1.880
Lucro por ação:					
Básico/diluído por ação ON - R\$		<u>1,3274</u>	<u>1,1046</u>	<u>1,3460</u>	<u>1,1139</u>
Básico/diluído por ação PN - R\$		<u>1,5881</u>	<u>1,1046</u>	<u>1,6103</u>	<u>1,1139</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro do exercício	302.580	224.524	306.811	226.404
Outros resultados abrangentes:				
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	18.749	(13.807)	18.749	(13.807)
Montante decorrente da incorporação do CESTE	2.144	-	2.144	-
Ágio na aquisição de controlada sem alteração no controle	-	(1.062)	-	(1.062)
Resultado abrangente total do exercício	<u>323.473</u>	<u>209.655</u>	<u>327.704</u>	<u>211.535</u>
 RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL A				
Participação dos controladores	323.473	209.655	323.473	209.655
Participação de não controladores	-	-	4.231	1.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores (BR GAAP)	Participações não controladoras	Total do patrimônio líquido
		Ágio sobre integralização de ações	Legal	Investimentos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	525.643	55.670	72.598	1.192.561	19.955	51.535	1.917.962	14.851	1.932.813
Lucro líquido	-	-	-	-	-	224.524	224.524	1.880	226.404
Varição cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	(13.807)	-	(13.807)	(1.340)	(15.147)
Ágio na aquisição de controlada sem alteração no controle	-	-	-	-	(1.062)	-	(1.062)	-	(1.062)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(9.409)	9.409	-	-	-
Aquisição de participação de minoritários	-	-	-	-	-	-	-	(2.680)	(2.680)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(2.251)	(2.251)
Aumento de capital - reservas de lucros	380.788	-	-	(380.788)	-	-	-	-	-
Dividendos antecipados	-	-	-	(20.326)	-	(91.453)	(111.779)	-	(111.779)
Destinação:									
Constituição de reserva legal	-	-	13.255	-	-	(13.255)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento	-	-	-	181.576	-	(181.576)	-	-	-
Outros-									
Prescrição de dividendos em controladas	-	-	-	-	-	816	816	-	816
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	906.431	55.670	85.853	973.023	(4.323)	-	2.016.654	10.460	2.027.114
Lucro líquido	-	-	-	-	-	302.580	302.580	4.231	306.811
Outros resultados abrangentes	10	-	-	-	20.893	-	20.893	-	20.893
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(6.818)	6.818	-	-	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	(596)	(596)
Aumento de capital - reservas de lucros	12.185	-	-	(12.185)	-	-	-	-	-
Aumento de capital em 15 de abril de 2011 (CESTE)	86.213	-	-	-	-	-	86.213	-	86.213
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos antecipados	-	-	-	(87.120)	-	-	(87.120)	-	(87.120)
Destinação:									
Constituição de reserva legal	20	-	15.470	-	-	(15.470)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento	20	-	-	220.475	-	(220.475)	-	-	-
Provisão para dividendos	20	-	-	-	-	(73.482)	(73.482)	-	(73.482)
Outros-									
Prescrição de dividendos em controladas	-	-	-	-	-	29	29	-	29
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	<u>1.004.829</u>	<u>55.670</u>	<u>101.323</u>	<u>1.094.193</u>	<u>9.752</u>	<u>-</u>	<u>2.265.767</u>	<u>14.095</u>	<u>2.279.862</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	395.187	303.298	458.448	353.880
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação, amortização e exaustão	67.064	83.840	126.956	138.704
Resultado de equivalência patrimonial	(166.996)	(87.682)	-	-
Provisão (reversão) de provisões para perdas eventuais, líquidas	(4.862)	20.943	(70.739)	28.099
Juros e encargos provisionados	94.352	54.704	176.542	120.262
Ganho na venda de ativo permanente	972	2.208	8.729	7.971
Ganho na participação acionária	-	-	223	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Partes relacionadas	(4.147)	(25.907)	(2.914)	(22.998)
Contas a receber de clientes	(9.626)	756	(31.310)	(27.907)
Estoques	(54.424)	(74.657)	(105.204)	(85.775)
Impostos a recuperar	(41.285)	(12.532)	(41.759)	(11.457)
Dividendos recebidos	46.106	126.252	-	-
Outros créditos	(1.391)	(10.615)	(10.010)	(13.167)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Partes relacionadas	60.745	1.152	33.992	(136)
Fornecedores	10.845	(1.499)	50.178	11.462
Salários e férias a pagar	6.395	(4.404)	23.499	2.854
Outras obrigações e contas a pagar	12.293	(1.870)	5.732	11.063
Impostos e obrigações a pagar	5.328	25.733	6.425	(62.538)
Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes de pagamentos de juros e imposto de renda	416.556	399.720	628.788	450.317
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.380)	(709)	(34.497)	(709)
Juros pagos	(59.341)	(43.460)	(98.977)	(82.883)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>353.835</u>	<u>355.551</u>	<u>495.314</u>	<u>366.725</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas	66.996	(61.207)	70.311	(62.605)
Aquisição de imobilizado	(354.158)	(178.044)	(555.199)	(292.597)
Adições ao intangível	(9.915)	(14.997)	(10.373)	(17.715)
Aumento do investimento	(16.312)	(5.913)	-	(4.067)
Compra de controlada, líquido do caixa adquirido	(1.401)	-	(1.401)	(1.896)
Dividendos recebidos	-	-	-	21.549
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(314.790)</u>	<u>(260.161)</u>	<u>(496.662)</u>	<u>(357.331)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	340.723	53.810	527.333	140.201
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(342.814)	(42.547)	(543.338)	(165.817)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(76.783)	(194.060)	(76.783)	(194.060)
Partes relacionadas	25.642	20.933	25.642	15.211
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(53.232)</u>	<u>(161.864)</u>	<u>(67.146)</u>	<u>(204.465)</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(14.187)	(66.474)	(68.494)	(195.071)
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	(1.160)	(9.288)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	48.447	114.921	173.302	377.661
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>34.260</u>	<u>48.447</u>	<u>103.648</u>	<u>173.302</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.178.696	1.909.974	3.583.954	3.132.190
Outras receitas	19.264	7.422	19.457	7.457
Reversão (constituição) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	233	(1.860)	470	(1.860)
	<u>2.198.193</u>	<u>1.915.536</u>	<u>3.603.881</u>	<u>3.137.787</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Produtos, mercadorias e serviços adquiridos	(501.689)	(298.740)	(1.098.492)	(955.181)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(537.265)	(637.114)	(905.819)	(728.665)
	<u>(1.038.954)</u>	<u>(935.854)</u>	<u>(2.004.311)</u>	<u>(1.683.846)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.159.239</u>	<u>979.682</u>	<u>1.599.570</u>	<u>1.453.941</u>
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	<u>(67.064)</u>	<u>(83.840)</u>	<u>(126.956)</u>	<u>(138.704)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>1.092.175</u>	<u>895.842</u>	<u>1.472.614</u>	<u>1.315.237</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	166.996	87.682	-	-
Receitas financeiras	80.794	94.227	87.988	113.410
Outras receitas	-	3.474	-	3.424
	<u>247.790</u>	<u>185.383</u>	<u>87.988</u>	<u>116.834</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>1.339.965</u>	<u>1.081.225</u>	<u>1.560.602</u>	<u>1.432.071</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>1.339.965</u>	<u>1.081.225</u>	<u>1.560.602</u>	<u>1.432.071</u>
Pessoal:				
Remuneração direta	128.510	109.684	144.248	262.530
Benefícios	26.483	22.085	41.932	27.504
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	9.486	9.030	9.486	9.030
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	296.898	275.530	401.026	379.830
Estaduais	333.084	292.585	333.464	292.953
Municipais	18.943	14.241	18.943	14.251
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros de financiamentos, debêntures e empréstimos	199.394	116.674	276.363	200.849
Aluguéis	24.587	16.872	28.329	18.720
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos	73.482	91.453	73.482	91.453
Lucros retidos	229.098	133.071	229.098	133.071
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	4.231	1.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 30 de abril de 2011, os acionistas aprovaram a alteração da denominação social de Camargo Corrêa Cimentos S.A. para InterCement Brasil S.A. (“Companhia”), que está domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, e estava registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa até 1º de agosto de 2011. A Companhia, até 30 de dezembro de 2010, tinha como sua controladora direta a Camargo Corrêa S.A. (“CCSA”). A partir de 31 de dezembro de 2010, a controladora direta da Companhia passou a ser a InterCement Participações S.A. (subsidiária integral da CCSA). Em 12 de maio de 2011, a InterCement Participações S.A. aumentou o capital de sua controlada indireta Cauê Áustria Holding GmbH mediante a contribuição da totalidade das ações da Companhia. Conseqüentemente, a Cauê Áustria Holding GmbH é a atual controladora direta da Companhia.

A Companhia, por meio de sua controlada em conjunto Camargo Corrêa Escom Cement B.V. (“CCEC”), possui 60% de participação no investimento denominado “Palanca”, companhia criada em 30 de novembro de 2011 entre a CCEC e o Grupo Gema - Empresa de Participações Financeiras e Empreendimentos S.A. (“Gema”), que tem por objetivo a construção, o desenvolvimento e a operação de uma fábrica de produção de cimento e clínquer na Comuna de Hanha, em Angola, com capacidade instalada inicial de cerca de 1,2 milhão de toneladas de cimento por ano, podendo chegar a 1,6 milhão.

As presentes demonstrações financeiras estão sendo elaboradas e apresentadas considerando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, que representam as atividades produtivas do Grupo InterCement.

A Companhia e sua controlada Loma Negra Compañía Industrial Argentina S.A. (“Loma Negra”) têm como objetivo principal a produção e o comércio de cimento e seus derivados, bem como a exploração dos recursos minerais que são utilizados no processo produtivo.

O Grupo InterCement possui 16 fábricas de cimento (7 localizadas no Brasil e 9 na Argentina), 25 usinas de concreto (16 localizadas no Brasil e 9 na Argentina) e 3 usinas de agregados (2 localizadas no Brasil e 1 na Argentina).

A controlada Loma Negra detém, indiretamente, 80% de participação societária na companhia Ferrosur Roca S.A. (“Ferrosur”). A Ferrosur administra ferrovias na Argentina, interligando as principais fábricas da Loma Negra.

Adicionalmente, a Companhia possui participações societárias em geradoras de energia elétrica, na modalidade de autoprodutor.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2011, os acionistas deliberaram o aumento do capital social da Companhia, mediante a conferência de 4,44% de participação no Consórcio Estreito Energia - CESTE, que tem como objeto social a implantação e a exploração do aproveitamento hidráulico de Estreito, no Estado do Maranhão, em consonância com as regras emanadas do edital de licitação do empreendimento, de seu contrato de concessão e das demais regras aplicáveis. Os principais saldos aportados estão apresentados resumidamente a seguir na proporção de participação da Companhia:

	<u>28.02.2011</u>
Ativo circulante	<u>1.912</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.401
Outros	511
Ativo não circulante	<u>224.625</u>
Impostos a recuperar	21.464
Imobilizado	198.716
Intangível	4.254
Outros	191
Passivo circulante	<u>(8.961)</u>
Fornecedores	(3.125)
Empréstimos	(5.075)
Outras	(761)
Passivo não circulante	<u>(131.363)</u>
Empréstimos	(127.824)
Outras	<u>(3.539)</u>
Acervo líquido	<u>86.213</u>

Consolidação

As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto:

	<u>31.12.2011</u>		<u>31.12.2010</u>	
	<u>Participação - %</u>		<u>Participação - %</u>	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Controladas:				
Cauê Finance Limited	100,00	-	100,00	-
CCCimentos Participações Ltda.	98,99	-	98,99	-
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	100,00	-	100,00	-
Holdtotal S.A.	97,00	2,99	97,00	2,99
Loma Negra C.I.A.S.A.	24,18	73,38	24,18	73,38
Betel S.A.	-	97,55	-	97,55
Cofesur S.A.	-	85,52	-	85,52
Compañía Argentina de Cemento Portland S.A.	-	97,55	-	97,55
Compañía de Servicios a la Construcción S.A.	-	97,55	-	97,55
Escofer S.A.I.C.	-	97,55	-	97,55
Recycomb S.A.	-	73,65	-	73,65
Rios Primeira Limitada	99,99	-	-	-
Rios Segunda Limitada	-	0,01	-	-
Rios Terceira Limitada	-	99,99	-	-

	31.12.2011		31.12.2010	
	Participação - %		Participação - %	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em conjunto:				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	-	9,00	-
Camargo Corrêa Escom Cement B.V.	50,10	-	50,10	-
Palanca Cimentos S.A.	-	30,06	-	30,06
Yguazú Cimentos S.A.	35,00	-	35,00	-
			-	-
Consórcio-				
Consórcio Estreito Energia - CESTE	4,44		-	-

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação minoritária, quando aplicável, e as controladas em conjunto, de forma proporcional, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as companhias, inclusive, caso existam, resultados não realizados; e (c) transações entre companhias no resultado do exercício. Os balanços patrimoniais das controladas sediadas no exterior com moeda funcional diferente do real (em dólares norte-americanos, pesos, euros e guaranis) foram convertidos para reais com base nas taxas de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e adaptadas para as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos resultados das controladas sediadas no exterior foram convertidas para reais com base nas taxas de câmbio médias do exercício. As diferenças decorrentes da utilização de diferentes taxas de conversão são registradas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

A Cauê Finance Limited é considerada uma extensão das operações da Companhia e, conseqüentemente, a moeda funcional utilizada é a moeda funcional da Companhia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, que coincidem com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como controladora - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

A participação em consórcios é reconhecida linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia, na proporção do percentual de participação.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição e até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de acionistas não controladores, mesmo se resultar em montante negativo.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas políticas contábeis àquelas utilizadas pela Companhia. Todas as transações e os saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e a IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos pronunciamentos técnicos CPCs 32 e 33), respectivamente.
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 10 (R1)) na data de aquisição.
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida, quando aplicável, e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outros pronunciamentos, IFRS e CPC.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios está incompleta até o exercício findo em que essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores apurados provisoriamente dos itens cuja contabilização está incompleta. Na data de apresentação destas demonstrações financeiras, não existem combinações de negócio incompletas.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais e demonstrado em rubrica separada nas demonstrações financeiras consolidadas. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição é imediatamente reconhecido no resultado.

2.5. Participações em empreendimentos em conjunto (“joint ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo pelo qual uma empresa e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a um controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, estratégicas e operacionais relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Quando uma empresa exerce diretamente suas atividades por meio de uma “joint venture”, a sua participação nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas suas demonstrações financeiras e classificada de acordo com sua natureza.

Os acordos de “joint venture” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda; nesse caso, o investimento é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 31). As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia linha a linha.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As participações da Companhia em entidades controladas em conjunto estão apresentadas na nota explicativa nº 1.

Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto não relacionadas à Companhia.

2.6. Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas ou controladas em conjunto, anteriores à data de transição para o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, que foi 1º de janeiro de 2008, foi calculado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido dos ativos e passivos da entidade adquirida, de acordo com as práticas contábeis vigentes à época.

Já o ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como um ativo na data em que o controle é adquirido (data da aquisição). O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da aquisição.

Se, após revisão dos critérios de avaliação, a participação da Companhia no valor justo dos ativos líquidos identificáveis exceder a soma das contrapartidas transferidas, o montante da participação não controladora na adquirida e o valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado do exercício como um ganho decorrente de uma oportunidade de compra.

O ágio não é amortizado, porém sua recuperação é revisada anualmente. Para fins de teste de recuperação (teste de “impairment”), o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que se beneficiam das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas a testes de redução ao valor recuperável, pelo menos anualmente ou mais frequentemente quando houver indicação de que a unidade possa apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e,

posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcional ao valor contábil de cada um de seus ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em um período posterior. A Companhia efetuou o teste de “impairment” conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

Na venda de uma controlada, o valor de ágio atribuído a essas empresas é incluído na determinação do lucro ou prejuízo na venda.

O ágio existente na Companhia referente à controlada Loma Negra foi considerado como um ativo da Companhia e não da adquirida. Como permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R) - Primeira Adoção dos CPCs 15 a 40, o ágio existente antes da data de transição pode continuar a ser registrado como um ativo da Companhia e, conseqüentemente, na moeda funcional da Companhia, e não na moeda funcional da adquirida, conforme seria requerido pelo pronunciamento técnico CPC 15.

2.7. Investimento em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (“joint venture”). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 31). Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a sua participação naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 38) são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 - Redução ao

Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 01 (R1)), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer reversão de perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 1 (R1)) na medida em que o valor recuperável do investimento é subseqüentemente aumentado.

Mediante a alienação de uma coligada que represente uma perda significativa da influência da Companhia em tal coligada, qualquer investimento retido será mensurado ao valor justo naquela data, sendo tal valor justo considerado como seu justo no reconhecimento inicial como um ativo financeiro de acordo com a IAS 39 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 38). A diferença entre o valor contábil anterior da coligada atribuível à participação retida e o seu valor justo é incluída no cálculo do ganho ou perda na alienação da coligada.

Adicionalmente, a Companhia contabiliza todos os valores reconhecidos anteriormente em outro resultado abrangente com relação a tal coligada da mesma forma que seria necessário caso tal coligada tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos correspondentes. Dessa forma, caso o ganho ou a perda anteriormente reconhecidos em outro resultado abrangente pela coligada sejam reclassificados para lucro ou prejuízo na alienação dos ativos ou passivos correspondentes, a Companhia reclassifica o ganho ou a perda de capital para lucro ou prejuízo (na forma de ajuste de reclassificação) no momento em que perde influência significativa sobre tal coligada.

Quando uma empresa realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações em coligadas não relacionadas à Companhia.

2.8. Ativos circulantes mantidos para venda

Os ativos circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo circulante (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa.

Os ativos circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

2.9. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.9.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- São transferidos ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- Não se mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem se mantém controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

As vendas de produtos que resultam na emissão de créditos de prêmios para clientes, na forma de pontos ou milhagens de acordo com o programa de fidelidade a clientes da Companhia, são contabilizadas como transações com receitas de elementos múltiplos, e o valor justo da contrapartida recebida ou a receber é alocado entre as mercadorias entregues e os créditos de prêmio concedidos. A contrapartida destinada aos créditos de prêmios é mensurada pelo valor justo na data da venda. Essa contrapartida não é reconhecida como receita na data da venda inicial, mas é diferida e reconhecida como receita quando os créditos de prêmio são resgatados e as obrigações da Companhia são cumpridas.

2.9.2. Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviço de concretagem é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato.

2.9.3. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.9.4. Receita de dividendos

A receita de dividendos de investimentos em coligadas é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

2.10. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados como operacional.

Os ativos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Companhia e de suas controladas pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado na demonstração financeira como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Os pagamentos referentes ao arrendamento são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado, a menos que possam ser diretamente atribuídos aos ativos qualificados, caso em que são capitalizados de acordo com a política geral da Companhia em relação aos custos de empréstimos (vide nota explicativa nº 2.11). Os pagamentos contingentes são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido ou venda.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.12. Moeda estrangeira e funcional

As demonstrações financeiras individuais da Companhia e de suas controladas são elaboradas individualmente com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera.

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais da Companhia e de suas controladas são convertidos em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações das controladas no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício. As variações cambiais resultantes dessas conversões são classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

Os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no final de cada período. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.13. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Mais especificamente, as subvenções governamentais cuja principal condição consiste na compra, construção ou aquisição de ativos não circulantes pela Companhia são reconhecidas como receita diferida no balanço patrimonial e transferidas para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos correspondentes ativos.

As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas.

2.14. Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, e, caso os valores de realização sejam inferiores, uma provisão para perda é registrada. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos de manufatura. A provisão para obsolescência é constituída com base em análise das perdas históricas e avaliação dos saldos com risco de realização.

2.15. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a nota explicativa nº 3.2.1. A exaustão das minas e jazidas é feita com base no percentual de exploração da mina em relação ao rendimento total esperado durante toda a vida útil. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia não adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e da interpretação técnica ICPC 10.

A Administração da Companhia não remensurou ativos permanentes da controladora, visto que nos últimos anos houve modernização significativa do processo produtivo.

Adicionalmente, como exigido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R), a Companhia adotou as IFRSs já apresentadas pela sua controlada Loma Negra e ajustou o custo depreciado para refletir as mudanças nos índices de preços na Argentina, o que representa o custo atribuído (“deemed cost”) na data de transição da Loma Negra, que correspondeu a 1º de janeiro de 2008.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram identificadas diferenças na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas.

As benfeitorias apenas são registradas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou a sua eficiência, traduzindo-se em um acréscimo dos benefícios econômicos futuros.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, encontrando-se registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.

Os ganhos ou as perdas resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contábil na data de alienação, sendo registrados pelo valor líquido na demonstração do resultado, como outras despesas ou outras receitas.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizados agregando valor às minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

2.16. Ativos intangíveis

2.16.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.16.2. Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- O meio pelo qual o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

2.16.3. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

2.16.4. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.17. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável de bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.18. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.19. Reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas

Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.

Neste contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados na medida da depreciação dos ativos.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

2.20. Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

A controlada em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A. possui uma concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

A vigência do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001.

O contrato de concessão também estabelece que um montante seja pago, pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

2.21. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, a provisão para perdas de bens paralisados, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ajuste a valor presente de contas a receber e a pagar, a provisão para perdas e obsolescência de estoques e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam as estimativas e premissas, no mínimo, trimestralmente, exceto para determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques que ocorrem anualmente.

2.22. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.22.1. Impostos correntes

A provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado abrangente, porque exclui receitas e/ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis e/ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício e disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

2.22.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, nesse último caso apenas quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. A composição dos impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias está demonstrada na nota explicativa nº 21.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, previstas nas legislações tributárias vigentes. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

2.22.3. Impostos correntes e diferidos do exercício

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios.

2.23. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.24. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

2.24.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria.
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos.
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia e de suas controladas, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base.
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

2.24.2. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.24.3. Empréstimos e recebíveis

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

2.24.4. Passivos financeiros classificados como outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

2.24.5. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

2.24.6. Método dos juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A receita de juros é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.24.7. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo avaliados ao valor justo.

2.25. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.26. Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

2.27. IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

As IFRSs novas e revisadas a seguir foram também adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

Modificações à IAS 32 -Classificação de Direitos	As alterações tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.
Modificações à IFRIC 14	As modificações determinam quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais	A interpretação fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.
Melhorias às IFRSs emitidas em 2010	Exceto pelas modificações à IFRS 3 e à IAS 1, a adoção das melhorias às IFRSs emitidas em 2010 não teve um efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.28. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir:

Modificações à IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (a)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas (b)
IFRS 11	Acordos de Participação
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades (b)
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo (b)
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (c)
Modificações à IAS 12	Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes (d)
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados (b)
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas (b)
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (b)
IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

(d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto descritas na nota explicativa nº 2.21, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A Companhia revisou em 2011 a classificação de alocação de custo dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas. A aplicação foi efetuada retrospectivamente, para fins de comparação, seguindo o disposto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração, durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.1.1. Ativos imobilizados e intangíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.15 e nº 2.16, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente no fim de cada exercício.

	Anos de vida útil	
	2011	2010
Edificações	35 a 50 anos	25 anos
Máquinas e equipamentos	7 a 18 anos	5 a 10 anos
Veículos	4 a 12 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Minas e jazidas	(*)	(*)
Reservatório, barragens e adutoras	50 anos	50 anos
Fornos, moinhos e silos	30 a 53 anos	30 anos
Direito de uso de software	3 a 5 anos	3 a 5 anos

(*) A exaustão de minas e jazidas é feita com base na exploração da mina em relação ao rendimento total esperado durante toda a vida útil.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e bancos	17.090	11.145	41.886	31.885
Aplicações financeiras	<u>17.170</u>	<u>37.302</u>	<u>61.762</u>	<u>141.417</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>34.260</u>	<u>48.447</u>	<u>103.648</u>	<u>173.302</u>

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	1.530	22.279	4.441	22.279
Fundos exclusivos:				
Notas do Tesouro Nacional - NTNs over	1.490	18	1.490	18
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	590	6.644	590	6.644
Fundos de renda fixa	13.560	7.418	13.560	7.418
Outros	-	943	-	943
Aplicações financeiras no exterior (*):				
Fundo de investimentos em pesos argentinos	-	-	27.279	16.867
Fundo de prazo fixo em pesos argentinos	-	-	11.464	69.118
Aplicações financeiras em dólares				
norte-americanos	-	-	2.884	18.130
Outros	-	-	54	-
Total de aplicações financeiras	<u>17.170</u>	<u>37.302</u>	<u>61.762</u>	<u>141.417</u>

(*) As aplicações denominadas em pesos argentinos apresentam rentabilidade aproximada de 9% ao ano e as aplicações denominadas em dólares norte-americanos apresentam rentabilidade de 0,2% ao ano.

As aplicações financeiras são resgatáveis no prazo de até 90 dias ou pelo resgate compromissado pela entidade financeira. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado e estão classificados como empréstimos e recebíveis, e, portanto, contabilizados pelo método de “custo amortizado”, ou seja, os juros são reconhecidos pela taxa efetiva de cada instrumento, exceto para os fundos exclusivos classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários para fundos exclusivos são classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado, e os demais títulos e valores mobiliários estão classificados como empréstimos e recebíveis, representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Fundos exclusivos:				
Letras do Tesouro Federal - LTFs	11.492	9.173	11.492	9.173
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	26.838	86.734	26.838	86.734
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	611	-	611
Debêntures	2.394	4.432	2.394	4.432
Outros	-	1.450	-	1.450
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	-	-	3.341
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	460	-	460	2.950
Letras do Tesouro Federal - LTFs	-	-	<u>2.977</u>	-
Total	<u>41.184</u>	<u>102.400</u>	<u>44.161</u>	<u>108.691</u>
Total - classificado no circulante	41.184	102.400	41.184	105.741
Total - classificado no não circulante	-	-	2.977	2.950

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Clientes:				
Partes relacionadas	2.704	4.348	2.704	3.998
Mercado interno	139.430	127.023	243.801	205.318
Mercado externo	<u>647</u>	<u>-</u>	<u>759</u>	<u>3.709</u>
Total	142.781	131.371	247.264	213.025
(-) Classificadas no não circulante (*)	<u>(274)</u>	<u>(284)</u>	<u>(274)</u>	<u>(284)</u>
Classificadas no circulante	142.507	131.087	246.990	212.741
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(19.381)</u>	<u>(19.614)</u>	<u>(29.304)</u>	<u>(29.387)</u>
Total líquido no circulante	<u>123.126</u>	<u>111.473</u>	<u>217.686</u>	<u>183.354</u>

(*) O saldo classificado no ativo não circulante refere-se à renegociação de títulos vencidos com clientes do mercado interno e possuem vencimentos até 2013.

O período médio de recebimento na venda de produtos da Companhia é de 28 dias. São cobrados juros sobre as contas a receber a partir do 1º dia de vencimento, à taxa de 1% ao mês sobre o saldo a receber.

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber vencidas há mais de 181 dias, uma vez que, com base no histórico da Companhia, contas vencidas há mais de 181 dias geralmente não são mais recuperáveis, exceto para transações com partes relacionadas. A controlada Loma Negra constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para contas a receber com base nos valores irrecuperáveis estimados ou determinados em experiências de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor, considerando inclusive as garantias prestadas por tais devedores.

Composição das contas a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
A vencer	113.143	104.039	186.171	104.038
0 a 30 dias	8.225	5.959	21.580	47.601
31 a 60 dias	770	586	5.188	13.483
61 a 90 dias	722	517	2.299	2.472
91 a 180 dias	1.153	1.057	13.258	16.462
Mais de 181 dias	<u>18.768</u>	<u>19.213</u>	<u>18.768</u>	<u>28.969</u>
Total	<u>142.781</u>	<u>131.371</u>	<u>247.264</u>	<u>213.025</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Saldos no início do exercício	19.614	17.753	29.387	28.712
Constituições	3.052	3.124	3.358	3.331
Valores baixados no exercício como incobráveis	(3.285)	(1.263)	(3.828)	(1.739)
Ganho ou perda de variação cambial	-	-	387	(917)
Saldo no fim do exercício	<u>19.381</u>	<u>19.614</u>	<u>29.304</u>	<u>29.387</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Circulante:				
Produtos acabados	26.027	28.761	48.418	37.719
Produtos em elaboração	44.858	37.663	77.541	70.332
Matéria-prima	79.050	44.535	153.747	85.025
Combustíveis	92.856	32.454	131.220	53.273
Almoxarifado	65.241	48.626	101.779	91.497
Adiantamento a fornecedores	5.168	6.799	5.167	6.799
Estoque em trânsito (a)	-	27.030	1.591	27.030
Embalagem e outros	2.814	12.525	20.601	12.525
Provisão para perdas	<u>(3.590)</u>	<u>(3.818)</u>	<u>(3.590)</u>	<u>(3.818)</u>
Total	<u>312.424</u>	<u>234.575</u>	<u>536.474</u>	<u>380.382</u>
Não circulante:				
Matéria-prima (escória)	-	12.618	-	12.618
Provisão para perdas	-	-	(5.386)	(5.181)
Adiantamentos a fornecedores (b)	<u>22.629</u>	<u>26.137</u>	<u>22.629</u>	<u>26.137</u>
Total	<u>22.629</u>	<u>38.755</u>	<u>17.243</u>	<u>33.574</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2010, o saldo é composto substancialmente por estoques de coque em trânsito, oriundos de importação.
- (b) Representado substancialmente por contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário de escória e carvão mineral com vigência até 10 de outubro de 2018, com previsão de utilização anual linear (R\$3.461 por ano) durante os anos 2011 a 2018.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.216	620	4.941	6.407
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	32.079	10.674	32.079	10.674
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	36.395	10.829	36.440	10.872
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	400	1.875	405	1.883
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (*)	36.048	20.790	36.048	20.790
Impostos antecipados e outros	<u>746</u>	<u>2.317</u>	<u>10.449</u>	<u>5.597</u>
Total	<u>109.884</u>	<u>47.105</u>	<u>120.362</u>	<u>56.223</u>
Classificados no circulante	<u>78.885</u>	<u>36.799</u>	<u>82.002</u>	<u>40.338</u>
Classificados no não circulante	<u>30.999</u>	<u>10.306</u>	<u>38.360</u>	<u>15.885</u>

(*) A redução da alíquota do IPI, de 4% para 0%, continuou no exercício de 2011, com base no Decreto nº 7.394, de 15 de dezembro de 2010.

A Administração da Companhia e de suas controladas estima que a compensação dos impostos a recuperar de longo prazo será realizada, conforme segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	24.235	26.254
2014	3.673	5.770
2015	2.127	2.127
2016	964	964
Após 2016	-	<u>3.245</u>
Total	<u>30.999</u>	<u>38.360</u>

9. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Em junho de 2010, a Companhia celebrou com a Insitec Contrói S.A. e Insitec Holding S.A. (“Grupo Insitec”) um contrato contemplando a aquisição de 51% do capital social total e com direito a voto da Cinac - Cimentos de Nacala, S.A. (“CINAC”), uma companhia com operações na área de cimento em Moçambique. Ainda em 2010, a Companhia celebrou um contrato com a CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“CIMPOR”), contemplando a transferência, para a CIMPOR, dos direitos e das obrigações constantes do contrato celebrado com o Grupo Insitec.

Conseqüentemente, a CIMPOR pagou pela CINAC um montante utilizando os mesmos critérios utilizados pela Companhia, quando da celebração do contrato com o Grupo Insitec. O saldo em 31 de dezembro de 2010 refere-se ao acervo líquido mantido para a venda da CINAC em 31 de maio de 2010. Em 25 de maio de 2011, a CIMPOR liquidou a operação constante do contrato com a Companhia, mediante o pagamento de todas as obrigações, no montante de R\$26.571.

10. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

31.12.2011							
Participação no capital social - %	Ações/cotas possuídas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado	Resultado do exercício ajustado	Ajuste de avaliação patrimonial (a)	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo dos investimentos	
Controladas:							
Holdtotal S.A.	97,00	50.534	315.904	121.653	13.245	118.002	306.427
Loma Negra C.I.A.S.A. (b)	24,17	12.210	427.402	166.230	5.896	40.184	1.068.903
Cauê Finance Limited	100,00	1.600	199	(116)	87	(116)	199
CCCimentos Participações Ltda.	98,99	1	13.638	3.624	88	3.586	<u>13.500</u>
							<u>1.389.029</u>
Controladas em conjunto:							
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	35.854	644.702	38.174	-	3.436	58.023
CCEscm Cement	50,10	9.018	9.939	(44)	1.242	(23)	4.979
Yguazú Cimentos S.A.	35,00	5.411	87.727	12.671	(1.688)	4.435	<u>30.704</u>
							<u>93.706</u>
Outros investimentos:							
Maesa Machado							27.476
Energética S.A.							<u>400</u>
Outros							27.876
Provisão para perda em controladas (e)-							
InterCement Portugal, SGPS, Lda. (d)	100,00	550	(2.811)	(2.508)	(121)	(2.508)	(2.811)
Total					<u>18.749</u>	<u>166.996</u>	<u>1.507.800</u>

31.12.2010							
Participação no capital social - %	Ações/cotas possuídas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado	Resultado do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial (a)	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo dos investimentos	
Controladas:							
Holdtotal S.A.	97,00	50.534	214.943	65.464	(9.002)	63.501	208.496
Loma Negra C.I.A.S.A. (b)	24,18	12.210	289.456	89.380	(7.698)	21.606	1.035.556
Cauê Finance Limited	100,00	1.400	228	(4)	(10)	(3)	228
CCCimentos Participações Ltda.	98,99	1	9.925	1.883	(1.132)	1.864	<u>9.826</u>
							<u>1.254.106</u>
Controladas em conjunto:							
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	35.854	607.785	39.393	-	3.545	54.699
CCEscm Cement	50,10	9.018	7.504	(6.563)	(591)	(3.288)	3.760
Yguazú Cimentos S.A.	35,00	21	33.273	2.361	4.626	826	<u>11.645</u>
							<u>70.104</u>
Coligada-							
Camargo Corrêa Participações Societárias S.A. (c)	-	-	-	-	-	(2)	-
Outros investimentos:							
Maesa Machado							27.476
Energética S.A.							<u>400</u>
Outros							27.876
Provisão para perda em controladas (e)-							
InterCement Portugal, SGPS, Lda. (d)	100,00	550	(182)	(367)	(1.061)	(367)	(182)
Total					<u>(14.868)</u>	<u>87.682</u>	<u>1.351.904</u>

(a) É representado por variação cambial dos investimentos no exterior.

- (b) Parte substancial do saldo refere-se ao ágio pago na aquisição dessa companhia, que foi parcialmente amortizado pela taxa anual de 12,5% até 31 de dezembro de 2008. Esse ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo de R\$965.584, conforme a orientação técnica OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, a amortização desse ágio cessou. O resultado da última análise, efetuada para o exercício findo de 31 de dezembro de 2011, indicou que o valor recuperável das unidades geradoras de caixa correspondentes ao ágio supera o valor registrado desses ativos.
- (c) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2010, os acionista da coligada Camargo Corrêa Participações Societárias S.A. deliberaram sobre a dissolução da coligada.
- (d) Em 3 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu a participação no capital social da InterCement Portugal, SGPS, Lda., mediante a compra de 549.996 ações de sua controladora Camargo Corrêa S.A.
- (e) Investimento reclassificado para outras obrigações no passivo não circulante.

As informações sobre as principais controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são como segue:

Holdtotal S.A. e Loma Negra C.I.A.S.A. - controladas sediadas na Argentina com o objetivo de produzir e comercializar cimentos e seus derivados, bem como participar e investir em outras companhias. Detêm, indiretamente, 80% de participação societária na companhia Ferrosur Roca S.A.

Ferrosur Roca S.A.

A Ferrosur administra ferrovias na Argentina, interligando as principais fábricas da Loma Negra. A concessão atual tem vigência até o ano 2023, podendo ser ampliada em mais dez anos.

Em 24 de agosto de 2010, a Ferrosur celebrou com a Vale Logística de Argentina S.A. (uma companhia criada e controlada integralmente pelo Grupo Vale) contrato de transferência parcial de direitos e obrigações dessa concessão ferroviária. Esse contrato envolve o direito de utilizar a infraestrutura de vias e ativos de concessão ferroviária relacionados exclusivamente à exploração do trecho entre as cidades de General Cerri, na província de Buenos Aires, e Zapala, na província de Neuquém. A operação prevê também a transferência de determinados contratos de trabalho e certos ativos de propriedade da Ferrosur.

A concretização de toda a operação dependerá da aprovação do órgão de defesa econômica (“Comisión Nacional de Defensa de La Competencia”) e o preço da transferência do trecho cedido será de US\$60 milhões, acrescido dos impostos aplicáveis. No exercício de 2010, a controlada indireta Ferrosur recebeu um adiantamento pelo preço da transferência do trecho cedido, no montante de US\$5 milhões. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve alterações quanto à concretização da operação (vide nota explicativa nº 31).

BAESA - Energética Barra Grande S.A. - tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande (“UHE Barra Grande”) e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A Companhia adota o método de equivalência patrimonial para essa controlada em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas.

Camargo Corrêa Escom Cement B.V. - companhia holandesa com o objetivo de participar, investir e gerenciar outras companhias. Atualmente possui investimento na companhia Palanca Cimentos em Angola.

Yguazú Cimentos S.A. - companhia paraguaia que opera na importação e comercialização de cimento e possui em andamento a construção de uma fábrica integrada de cimentos.

InterCement Portugal, SGPS, Lda. - companhia portuguesa com o objetivo de participar, investir e gerenciar outras companhias.

A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	31.12.2009	Resultado da equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aumento de capital	Dividendos	31.12.2010
Holdtotal S.A.	235.842	63.501	(9.002)	-	(81.845)	208.496
Loma Negra C.I.A.S.A.	1.044.725	21.606	(7.698)	-	(23.077)	1.035.556
Cauê Finance Limited	241	(3)	(10)	-	-	228
CCCimentos Participações Ltda.	9.092	1.864	(1.132)	2	-	9.826
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	-	(367)	(1.061)	1.246	-	(182)
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	54.574	3.545	-	-	(3.420)	54.699
CCEscm Cement	7.514	(3.288)	(591)	125	-	3.760
Camargo Corrêa Participações Societárias S.A.	33	(2)	-	(31)	-	-
Yguazú Cimentos S.A.	1.652	826	4.626	4.541	-	11.645
Maesa Machadinho Energética S.A.	27.476	-	-	-	-	27.476
Outros	400	-	-	-	-	400
Total	<u>1.381.549</u>	<u>87.682</u>	<u>(14.868)</u>	<u>5.883</u>	<u>(108.342)</u>	<u>1.351.904</u>

	31.12.2010	Resultado da equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aumento de capital	Dividendos	31.12.2011
Holdtotal S.A.	208.496	118.002	13.245	-	(33.316)	306.427
Loma Negra C.I.A.S.A.	1.035.556	40.184	5.896	-	(12.733)	1.068.903
Cauê Finance Limited	228	(116)	87	-	-	199
CCCimentos Participações Ltda.	9.826	3.586	88	-	-	13.500
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	(182)	(2.508)	(121)	-	-	(2.811)
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	54.699	3.436	-	-	(112)	58.023
CCEscm Cement	3.760	(23)	1.242	-	-	4.979
Yguazú Cimentos S.A.	11.645	4.435	(1.688)	16.312	-	30.704
Maesa Machadinho Energética S.A.	27.476	-	-	-	-	27.476
Outros	400	-	-	-	-	400
Total	<u>1.351.904</u>	<u>166.996</u>	<u>18.749</u>	<u>16.312</u>	<u>(46.161)</u>	<u>1.507.800</u>

11. IMOBILIZADO

	Controladora		
	31.12.2011		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>
Terrenos	144.229	(89)	144.140
Edifícios	496.863	(253.404)	243.459
Máquinas e equipamentos	977.772	(566.458)	411.314
Veículos	99.563	(50.232)	49.331
Móveis e utensílios	7.888	(3.343)	4.545
Minas e jazidas	37.593	(6.916)	30.677
Reservatório, barragens e adutoras	133.826	(1.374)	132.452
Outros	13.590	(671)	12.919
Peças de reposição	4.945	-	4.945
Adiantamento a fornecedor	40.513	-	40.513
Imobilizado em andamento (*)	<u>239.719</u>	-	<u>239.719</u>
Total	<u>2.196.501</u>	<u>(882.487)</u>	<u>1.314.014</u>

Controladora				
31.12.2010				
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Provisão</u>	<u>Residual</u>
Terrenos	42.455	-	-	42.455
Edifícios	444.297	(241.628)	-	202.669
Máquinas e equipamentos	852.072	(568.852)	(1.248)	281.972
Veículos	69.811	(45.471)	-	24.340
Móveis e utensílios	13.478	(10.053)	-	3.425
Minas e jazidas	34.172	(6.080)	-	28.092
Outros	12.115	(1.285)	-	10.830
Peças de reposição	5.146	-	-	5.146
Adiantamento a fornecedor	19.647	-	-	19.647
Imobilizado em andamento (*)	<u>173.928</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>173.928</u>
Total	<u>1.667.121</u>	<u>(873.369)</u>	<u>(1.248)</u>	<u>792.504</u>

Consolidado			
31.12.2011			
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>
Terrenos	176.291	(761)	175.530
Edifícios	1.038.780	(565.733)	473.047
Máquinas e equipamentos	1.734.802	(921.036)	813.766
Veículos	236.304	(112.792)	123.512
Móveis e utensílios	55.725	(39.169)	16.556
Minas e jazidas	128.020	(38.082)	89.938
Reservatório, barragens e adutoras	219.305	(15.920)	203.385
Outros	28.249	(5.917)	22.332
Peças de reposição	14.668	-	14.668
Adiantamento a fornecedores	40.513	-	40.513
Imobilizado em andamento (*)	<u>348.575</u>	<u>-</u>	<u>348.575</u>
Total	<u>4.021.232</u>	<u>(1.699.410)</u>	<u>2.321.822</u>

Consolidado				
31.12.2010				
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Provisão</u>	<u>Residual</u>
Terrenos	60.430	-	-	60.430
Edifícios	952.947	(525.608)	-	427.339
Máquinas e equipamentos	1.481.588	(886.943)	(1.248)	593.397
Veículos	181.011	(98.252)	-	82.759
Móveis e utensílios	56.215	(41.450)	-	14.765
Minas e jazidas	108.974	(32.232)	-	76.742
Reservatório, barragens e adutoras	85.479	(11.429)	-	74.050
Outros	16.859	(4.378)	-	12.481
Peças de reposição	13.484	-	-	13.484
Adiantamento a fornecedores	23.617	-	-	23.617
Imobilizado em andamento (*)	<u>242.916</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>242.916</u>
Total	<u>3.223.520</u>	<u>(1.600.292)</u>	<u>(1.248)</u>	<u>1.621.980</u>

- (*) Na controladora, os saldos referem-se substancialmente à expansão das unidades de Apiaí, Bodoquena, Pedro Leopoldo e Cubatão, bem como melhorias no processo produtivo, para a plena utilização da capacidade das unidades existentes. A modernização das fábricas está sendo financiada com recursos oriundos do contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. O consolidado inclui ainda investimentos na expansão e modernização principalmente das plantas de Catamarca, L'Amalí, Olavarría e Lomaser, da controlada Holdtotal S.A. e suas controladas, no montante de R\$87.489, e na construção da primeira unidade fabril da controlada Yguazú no Paraguai, no montante de R\$21.043, em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia capitalizou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, encargos financeiros no montante de R\$8.675 (R\$10.493 em 2010), na rubrica “Imobilizado em andamento”.

De acordo com o Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados à UHE Barra Grande, inclusive terrenos, registrados na controlada em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A., no montante aproximado de R\$107.443, considerando a participação da Companhia naqueles ativos, depreciados linearmente pelo prazo de concessão, passarão ao final da concessão em 2036 a integrar o patrimônio da União.

Nas rubricas “Máquinas e equipamentos” e “Veículos” existem, em 31 de dezembro de 2011, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto localizadas nos Estados de São Paulo e Pernambuco, por meio de contratos de financiamento (Finame), os quais são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original correspondeu a 90% do valor total dos bens e, em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado na nota explicativa nº14, o saldo a pagar à Finame é de R\$26.707.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1), os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado e intangível ao seu valor de recuperação quando inferior ao valor contábil.

[página intencionalmente deixada em branco]

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, é como segue:

	Controladora											
	Terrenos (c)	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Minas e jazidas	Móveis e utensílios	Outros	Peças de reposição	Adiantamentos a fornecedores	Imobilizado em andamento	Reservatórios, barragens e adutoras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	29.136	187.805	277.763	19.429	28.635	3.496	10.417	3.903	4.343	121.073	-	686.000
Adições	2.809	-	-	-	-	-	20.367	1.243	17.557	142.932	-	184.908
Baixas	-	-	(1.100)	(166)	-	(1)	-	-	(910)	-	-	(2.177)
Depreciação	-	(14.275)	(52.712)	(7.883)	(458)	(856)	(43)	-	-	-	-	(76.227)
Transferências	10.510	29.139	58.021	12.960	(85)	786	(19.911)	-	(1.343)	(90.077)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>42.455</u>	<u>202.669</u>	<u>281.972</u>	<u>24.340</u>	<u>28.092</u>	<u>3.425</u>	<u>10.830</u>	<u>5.146</u>	<u>19.647</u>	<u>173.928</u>	-	<u>792.504</u>
Adições	-	490	8.699	-	-	42	2	447	1.218	380.004	-	390.902
Baixas	-	-	(328)	(12)	-	-	(3)	(598)	(5)	-	-	(946)
Depreciação	(10)	(6.773)	(48.705)	(6.666)	(759)	(1.015)	(1.092)	-	-	-	(2.142)	(67.162)
Transferências	92.307	47.073	169.676	31.669	3.344	1.615	(3.110)	(50)	12.409	(489.527)	134.594	-
Adições - CESTE (b)	9.388	-	-	-	-	478	6.292	-	7.244	175.314	-	198.716
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>144.140</u>	<u>243.459</u>	<u>411.314</u>	<u>49.331</u>	<u>30.677</u>	<u>4.545</u>	<u>12.919</u>	<u>4.945</u>	<u>40.513</u>	<u>239.719</u>	<u>132.452</u>	<u>1.314.014</u>
	Consolidado											
	Terrenos (c)	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Minas e jazidas	Móveis e utensílios	Outros	Peças de reposição	Adiantamentos a fornecedores	Imobilizado em andamento	Reservatórios, barragens e adutoras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	48.442	432.128	534.676	73.590	77.424	9.935	11.926	10.881	7.786	233.355	76.964	1.517.107
Adições	2.813	6.531	192	28	6.614	51	20.423	3.187	18.426	241.196	-	299.461
Baixas	-	(1.725)	(1.122)	(1.174)	(1)	(1)	-	-	(910)	(31)	-	(4.964)
Depreciação	(116)	(30.856)	(74.812)	(15.168)	(3.254)	(2.780)	(504)	-	-	-	(2.914)	(130.404)
Transferências	10.757	40.722	155.234	30.731	(85)	8.216	(19.203)	-	(1.342)	(225.030)	-	-
Variação cambial (a)	(1.466)	(19.584)	(20.807)	(5.254)	(3.956)	(667)	(161)	(584)	(343)	(7.994)	-	(60.816)
Adição de controladas	-	123	36	6	-	11	-	-	-	1.420	-	1.596
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>60.430</u>	<u>427.339</u>	<u>593.397</u>	<u>82.759</u>	<u>76.742</u>	<u>14.765</u>	<u>12.481</u>	<u>13.484</u>	<u>23.617</u>	<u>242.916</u>	<u>74.050</u>	<u>1.621.980</u>
Adições	44	777	10.020	38	8.680	101	2	1.486	3.774	577.194	-	602.116
Baixas	(1.191)	-	(328)	(324)	(84)	-	(3)	(598)	(6.012)	(163)	-	(8.703)
Depreciação	(450)	(23.310)	(72.503)	(14.194)	(4.717)	(4.047)	(1.896)	-	-	-	(5.260)	(126.377)
Transferências	104.918	58.371	273.501	52.828	7.844	4.680	5.392	(51)	12.407	(654.485)	134.595	-
Variação cambial (a)	2.391	9.870	9.679	2.405	1.473	579	64	347	(517)	7.799	-	34.090
Adições - CESTE (b)	9.388	-	-	-	-	478	6.292	-	7.244	175.314	-	198.716
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>175.530</u>	<u>473.047</u>	<u>813.766</u>	<u>123.512</u>	<u>89.938</u>	<u>16.556</u>	<u>22.332</u>	<u>14.668</u>	<u>40.513</u>	<u>348.575</u>	<u>203.385</u>	<u>2.321.822</u>

(a) Refere-se principalmente ao efeito da variação da taxa de câmbio entre o início e o fim do exercício sobre ativos em moeda estrangeira da controlada Holdtotal S.A. e controladas e da controlada em conjunto Yguazú.

(b) Refere-se à parcela de imobilizado do acervo líquido decorrente das cotas de participação do Consórcio, conforme nota explicativa nº 1.

(c) As adições e transferências no exercício referem-se à aquisição de terrenos para futuras expansões.

[página intencionalmente deixada em branco]

12. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Bens vinculados à concessão	4.354	-	20.932	17.257
Direitos de uso de software	7.123	4.586	7.123	4.586
Gastos com desenvolvimento de projetos	14.420	15.727	19.662	19.828
Marcas e patentes e outros	<u>5.696</u>	<u>4.302</u>	<u>5.696</u>	<u>4.302</u>
	<u>31.593</u>	<u>24.615</u>	<u>53.413</u>	<u>45.973</u>
Ágio:				
Loma Negra C.I.A.S.A. (a) e (b)	-	-	965.584	965.584
CBC - Companhia Brasileira de Cimentos (a)	102.633	102.633	102.633	102.633
RA Participações e Investimentos Ltda. (a)	14.882	14.882	14.882	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (a)	75.801	75.801	75.801	75.801
Cofesur S.A.	-	-	8.258	7.944
Recycomb S.A.	-	-	1.253	1.205
La Preferida de Olavarría S.A.	-	-	7.644	7.354
Outros	<u>22.858</u>	<u>22.858</u>	<u>22.858</u>	<u>22.858</u>
	<u>216.174</u>	<u>216.174</u>	<u>1.198.913</u>	<u>1.198.261</u>
Total	<u>247.767</u>	<u>240.789</u>	<u>1.252.326</u>	<u>1.244.234</u>

- (a) Ágios pagos na aquisição dessas companhias foram amortizados pela taxa de 12,5% (Loma Negra) e 10% ao ano (RA, CBC e CIMEC) até 31 de dezembro de 2008. Os ágios têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme orientação técnica OCPC 02, a amortização contábil desses ágios cessou completamente.
- (b) Ágio total pago, podendo ser segregado por atividade, sendo R\$909.580 referentes a cimento e seus derivados (Loma Negra) e R\$56.004 referentes à concessão ferroviária (Ferrosur Roca S.A.).

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as seguintes unidades geradoras de caixa e taxas de desconto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Produção e comercialização de cimento e seus derivados na Argentina	-	-	918.139	918.139
Taxa de desconto	-	-	8,5%	15%
Produção e comercialização de cimento e seus derivados no Brasil	216.174	216.174	216.174	216.174
Taxa de desconto	11,9%	12,8%	11,9%	12,8%
Concessão ferroviária na Argentina	-	-	64.600	63.948
Taxa de desconto	-	-	13,9%	15%

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração.

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas margens brutas esperadas para o período e no aumento projetado do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base na vida econômica dos bens do ativo imobilizado estimada para 10 anos. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total das unidades geradoras de caixa. Essas projeções foram elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e não foram identificados indícios que ocasionassem a necessidade de avaliação de redução ao valor recuperável.

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é demonstrada como segue:

	Controladora					Total
	Ágio	Direitos de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Marcas e patentes e outros	Bens vinculados à concessão	
Saldo em 1º de janeiro de 2010	<u>216.174</u>	<u>3.200</u>	<u>9.729</u>	<u>4.302</u>	<u>-</u>	<u>233.405</u>
Adições	-	4.257	10.740	-	-	14.997
Amortização	-	(2.871)	(4.742)	-	-	(7.613)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>216.174</u>	<u>4.586</u>	<u>15.727</u>	<u>4.302</u>	<u>-</u>	<u>240.789</u>
Adições	-	4.754	4.327	753	81	9.915
Baixas	-	(1)	-	(25)	-	(26)
Amortização	-	(1.987)	(5.120)	(6)	(52)	(7.165)
Transferências	-	(234)	(662)	461	435	-
Adições - CESTE (*)	-	5	148	211	3.890	4.254
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>216.174</u>	<u>7.123</u>	<u>14.420</u>	<u>5.696</u>	<u>4.354</u>	<u>247.767</u>
	Consolidado					Total
	Ágio	Direitos de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Marcas e patentes e outros	Bens vinculados à concessão	
Saldos em 1º de janeiro de 2010	<u>1.197.056</u>	<u>3.200</u>	<u>9.741</u>	<u>12.165</u>	<u>17.936</u>	<u>1.240.098</u>
Adições	2.718	4.257	10.740	-	-	17.715
Baixas	-	-	-	(3.010)	-	(3.010)
Amortização	-	(2.871)	(4.750)	-	(679)	(8.300)
Transferências	-	-	4.097	(4.097)	-	-
Variação cambial	(1.513)	-	-	(756)	-	(2.269)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>1.198.261</u>	<u>4.586</u>	<u>19.828</u>	<u>4.302</u>	<u>17.257</u>	<u>1.244.234</u>
Adições	-	4.754	4.785	753	81	10.373
Baixas	-	(1)	-	(25)	-	(26)
Amortização	-	(1.987)	(5.118)	(6)	(731)	(7.842)
Transferências	-	(234)	(662)	461	435	-
Variação cambial	652	-	681	-	-	1.333
Adições - CESTE (*)	-	5	148	211	3.890	4.254
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>1.198.913</u>	<u>7.123</u>	<u>19.662</u>	<u>5.696</u>	<u>20.932</u>	<u>1.252.326</u>

(*) Referem-se à parcela de intangível do acervo líquido decorrente das cotas de participação do Consórcio, conforme nota explicativa nº 1.

13. IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Impostos parcelados e obrigação legal (*)	29.301	46.169	29.301	46.169
PIS/COFINS a recolher	1.030	2.637	1.240	2.845
ICMS a recolher	13.618	5.950	13.644	6.011
Provisão de imposto de renda e contribuição social	6.032	1.553	15.763	2.973
Impostos sobre o Valor Agregado - IVA	-	-	18.425	7.058
Encargos sociais sobre a folha de pagamento	4.926	5.307	18.633	7.040
Outros	8.965	3.390	15.468	6.496
Total	63.872	65.006	112.474	78.592
Classificados no circulante	39.333	65.006	85.358	75.916
Classificados no não circulante	24.539	-	27.116	2.676

(*) A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“parcelamento”), instituído pela Lei Federal nº 11.941/09. Conforme previsto na legislação que regula o referido programa, houve a redução de multas e juros (os percentuais de redução variam conforme o prazo para pagamento optado pelo contribuinte), além da compensação de saldos remanescentes de multas e juros com prejuízo fiscal acumulado e/ou base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL existentes, apurados pela Companhia. A Companhia incluiu débitos em duas modalidades de pagamento: (i) pagamento à vista; e (ii) parcelamento em 180 parcelas. A fase de consolidação dos débitos já foi concluída pela Companhia e as prestações estão sendo pagas regularmente.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

14.1. Controladora

Modalidade - classificado ao custo amortizado	Encargos	Vencimento até	31.12.2011	31.12.2010
Moeda estrangeira - US\$:				
“Medium-term notes” (a)	8,875% a.a.	Julho de 2035	84.949	259.172
Banco Itaú BBA S.A. (k)	2,90% a.a. + LIBOR	Julho de 2016	247.117	-
FINIMP (e)	LIBOR 6 meses + 3,45% a.a.	Julho de 2011	-	3.395
FINIMP	4,52% a 4,56% a.a.	Junho de 2011	-	133
FINIMP (e) e (f)	2,34% a 2,49% a.a. / CDI (99,70%)	Junho de 2013	22.606	-
FINIMP (e) e (f)	2,50% a.a. / CDI (100,00%)	Julho de 2013	6.296	-
FINIMP (e) e (f)	2,48% a.a. / CDI (101,50%)	Agosto de 2013	7.661	-
FINIMP (e) e (f)	2,52% a.a. / CDI (103,65%)	Agosto de 2013	16.032	-
FINIMP (e) e (f)	2,64% a.a. / CDI (103,50%)	Setembro de 2013	2.692	-
FINIMP (e) e (f)	2,70% a.a. / CDI (99,50%)	Setembro de 2013	15.204	-
			<u>402.557</u>	<u>262.700</u>

<u>Modalidade - classificado ao custo amortizado</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Moeda nacional:				
Pró-Giro (c)	50% IGP-M + 2,5% de comissão	Junho de 2013	37.025	45.764
Pro-Invest (d)	IPCA + 6% a.a.	Fevereiro de 2015	3.705	4.547
Nota de crédito (g)	11,699% a 12,908% a.a.	Março de 2012 e 2013	43.426	42.269
Finame (b)	4,50% a 10,00% a.a.	Setembro de 2020	15.966	6.883
Finame (b)	URTJLP + 1,15% a 5,30% a.a.	Agosto de 2014	10.741	19.959
BNDES (h)	4,50% a.a.	Agosto de 2015	2.661	2.913
BNDES (h)	2,03% a 2,60% a.a. + taxa variável (*)	Outubro de 2015	10.360	8.285
BNDES (i)	TJLP + 4,82% a.a.	Novembro de 2012	101.933	213.134
BNDES (h)	TJLP + 1,63% a 4,23% a.a.	Agosto de 2015	90.114	89.109
BNDES (h)	TJLP	Junho de 2018	1.812	-
BNDES (j)	TJLP + 1,73% a.a.	Setembro 2029	<u>166.194</u>	<u>-</u>
			<u>483.937</u>	<u>432.863</u>
Total			<u>886.494</u>	<u>695.563</u>
Classificados no circulante			187.845	192.719
Classificados no não circulante			698.649	502.844

URTJLP - Unidade de Referência Taxa de Juros de Longo Prazo.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(*) Cesta de Moedas UMBNDES reajustada trimestralmente, publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União.

(a) O contrato requer semestralmente a manutenção de determinados índices financeiros e impõe certos limites à Companhia. Em 21 de julho de 2005, esse empréstimo foi repactuado, sendo o prazo de vencimento do principal prorrogado para agosto de 2015, com possibilidade de prorrogação para 2035, não sendo permitida a sua liquidação antecipada. Em 31 de dezembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Em 26 de julho de 2011, a Companhia, realizou oferta de recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional (“medium-term notes”), no valor de US\$150 milhões, bem como solicitação de anuência para alterar a escritura de emissão desses títulos, eliminando cláusulas restritivas (“covenants”). Em 28 de julho de 2011, a oferta foi encerrada, recomprando títulos em montantes equivalentes a US\$106,3 milhões. Pela quitação antecipada foi pago o prêmio de US\$18,6 milhões, contabilizado na rubrica “Despesas financeiras”. A recompra foi realizada mediante a captação de novo empréstimo, conforme o item (k).

- (b) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado (Finame) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, no montante de R\$3.876.
- (c) Esses empréstimos, anteriormente denominados Pró-Indústria, estão garantidos por avais da controladora (Camargo Corrêa S.A.). A comissão de 2,5% incide automaticamente no ato da liberação de cada parcela do financiamento (o valor do empréstimo liberado é líquido da comissão).
- (d) Esses empréstimos, anteriormente denominados Proim, estão garantidos por equipamentos da unidade industrial de Bodoquena e por hipoteca em segundo grau do imóvel.
- (e) Financiamento destinado à importação de coque, escória, clínquer e equipamentos.
- (f) As variações cambiais desses empréstimos estão protegidas por instrumentos financeiros “swaps”. Os ganhos e as perdas com esses instrumentos financeiros já estão refletidos nos saldos apresentados como empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 29).
- (g) Financiamento destinado principalmente para compra de embalagens de cimentos. O pagamento total, de principal e juros, programado para 19 de março de 2010, foi postergado para 12 de março de 2013, e as taxas de juros alteradas de 97% do CDI para taxas que variam entre 11,70% e 12,90%.

Adicionalmente, em 23 de março de 2010, houve nova captação de nota de crédito no valor de R\$4.000, tendo o pagamento total, de principal e juros, vencimento para 12 de março de 2012.

- (h) Em 6 de agosto de 2009, a Companhia contratou linha de crédito com o BNDES, no montante total de R\$123.508, dos quais foi liberado até 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$114.305. A amortização do principal se dará em 48 parcelas mensais, com início em 15 de setembro de 2011 e término em 15 de outubro de 2015.

A linha de crédito está destinada a expansão e modernização das unidades de Apiaí, Pedro Leopoldo, Ijací e Bodoquena, aquisição de máquinas e equipamentos, investimentos em meio ambiente na unidade de Pedro Leopoldo e capital de giro.

O contrato exige o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, sendo as principais cláusulas:

- i) Utilização do total do crédito no prazo de 18 meses, a contar da data da assinatura do contrato.
- ii) Apresentação, no prazo máximo de 180 dias, contado a partir da data da liberação da última parcela do crédito, das Licenças de Operação, oficialmente publicadas, dos projetos ora financiados.
- iii) Não constituir garantias reais de nenhuma espécie em operações com outros credores, sem que essas garantias sejam prestadas ao BNDES.
- iv) Manter semestralmente os indicadores dívida líquida/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e índice de alavancagem, conforme definido a seguir: (a) dívida líquida: soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros e diferencial a pagar por operações com derivativos, menos o saldo em caixa de aplicações financeiras e o diferencial a receber por operações com derivativos da beneficiária e suas controladas consolidadas; (b) EBITDA: lucro consolidado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, acrescido do resultado financeiro líquido de depreciação, amortização e exaustão; e (c) alavancagem: soma do passivo circulante com o passivo não circulante, dividida pelo ativo total, apurados com base nas demonstrações financeiras não consolidadas da controladora.

v) Apresentar semestralmente as demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

- (i) Em 10 de novembro de 2009, a Companhia contratou linha de crédito com o BNDES, no montante de R\$200.000, destinada a financiamento de capital de giro, no âmbito do Programa Especial de Crédito - PEC-BNDES. A amortização do principal ocorre em 48 parcelas mensais, com início em 15 de setembro de 2011 e término em 15 de outubro de 2015.

O contrato exige o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, sendo as principais:

- i) Manter em situação regular suas obrigações perante os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência do contrato.
- ii) Não constituir garantias reais de nenhuma espécie em operações com outros credores sem que estas garantias sejam prestadas ao BNDES.
- iii) Manter semestralmente os indicadores dívida líquida/EBITDA e índice de alavancagem, sendo: (a) dívida líquida: soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros e diferencial a pagar por operações com derivativos, menos o saldo em caixa, de aplicações financeiras e o diferencial a receber por operações com derivativos da beneficiária e suas controladas consolidadas; (b) EBITDA: lucro consolidado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, acrescido do resultado financeiro líquido, de depreciação, amortização e exaustão; e (c) alavancagem: soma do passivo circulante com o passivo não circulante, dividida pelo ativo total, apurados com base nas demonstrações financeiras não consolidadas da controladora.
- iv) Apresentar semestralmente as demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

- (j) O financiamento tem por finalidade subsidiar a implantação da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito - CESTE). Os juros foram capitalizados até 15 de setembro de 2011 e serão exigidos mensalmente a partir de 15 de outubro de 2011. O principal será amortizado a partir de 15 de outubro de 2011, com vencimento final em 15 de setembro de 2029. As garantias do financiamento são formadas por: (a) direito de receber todos e quaisquer valores que estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos do contrato de concessão; (b) direito de vender a parcela da energia elétrica produzida pelo CESTE atribuída à Companhia; e (c) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.
- (k) Em 28 de julho de 2011, a Companhia, por meio da controlada Cauê Finance, captou empréstimo no valor de US\$130 milhões, sujeito a juros de 2,90% ao ano mais LIBOR, a serem pagos semestralmente, com vencimento final em 28 de julho de 2016. A referida captação está garantida por aval da Companhia. O contrato estabelece relação máxima anual entre a dívida líquida e o EBITDA. A referida captação foi realizada para recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional (“medium-term notes”).

Em 31 de dezembro de 2011, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

14.2. Controladas e controladas em conjunto

Os saldos com instituições financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos, obtidos pelas empresas controladas e controladas em conjunto são como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Holdtotal S.A. e controladas:		
Empréstimos em pesos argentinos (a)	106.110	62.237
“Medium-term notes” (b)	85.755	166.541
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (c)	168.615	194.610
Itaú Unibanco S.A. - Nova York (d)	105.126	-
Camargo Corrêa Escom Cement B.V.	4.259	-
Yguazú Cimentos S.A.	7.517	6.544
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	<u>46.071</u>	<u>52.041</u>
Total	<u>523.453</u>	<u>481.973</u>
Classificados no circulante - controladas e controladas em conjunto	148.274	81.167
Classificados no não circulante - controladas e controladas em conjunto	375.179	400.806
Classificados no circulante - consolidado	336.119	273.886
Classificados no não circulante - consolidado	1.073.828	903.650

Holdtotal S.A. e controladas (substancialmente Loma Negra)

- (a) Empréstimo em pesos argentinos, com vencimento final em 2014 e taxa média de juros de 14,25% ao ano. Não foram oferecidas garantias e o contrato estabelece um limite mínimo anual de patrimônio líquido e uma relação máxima anual entre a dívida líquida e o EBITDA, tendo tais indicadores sido atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.
- (b) Bônus de US\$100 milhões, emitido em 10 de março de 2006, com vencimento em 15 de março de 2013, juros de 7,25% ao ano e garantia irrestrita da controladora. O contrato estabelece uma relação máxima entre a dívida líquida e o EBITDA consolidado, tendo tais indicadores sido atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Em 27 de julho de 2011, a controlada Loma Negra realizou oferta de recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional e garantidos pela Companhia (“medium-term notes”), no valor de US\$100 milhões, bem como solicitação de anuência para alterar a escritura de emissão desses títulos, eliminando cláusulas restritivas (“covenants”). Em 28 de julho de 2011, a oferta foi encerrada, e a controlada Loma Negra recomprou títulos nos montantes equivalentes a US\$55,2 milhões. Pela quitação antecipada foi pago o prêmio de US\$3,8 milhões contabilizado na rubrica “Despesas financeiras”. A recompra foi realizada mediante a captação de novo empréstimo conforme item (d).

- (c) Captação da controlada Loma Negra com o BID, em 28 de dezembro de 2009, no montante de US\$125 milhões, destinado à modernização e expansão das fábricas. O empréstimo está sujeito a taxa de juros de 10,75% ao ano e está assim dividido: (i) US\$20 milhões, com vencimento final em 2017 e pagamentos a serem feitos em 29 parcelas trimestrais a partir de 15 de novembro de 2010; e (ii) US\$105 milhões, com vencimento final em 2014 e pagamentos a serem feitos em 17 parcelas trimestrais a partir de 15 de novembro de 2010. O empréstimo exige o cumprimento dos indicadores: (i) dívida/EBITDA; (ii) EBITDA/juros; e (iii) limite mínimo anual de patrimônio líquido preestabelecido. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, tais índices financeiros foram cumpridos.
- (d) Em 28 de julho de 2011, a controlada Loma Negra captou empréstimo no valor de US\$55,2 milhões, sujeito a juros de 2,90% ao ano mais LIBOR, a serem pagos semestralmente, com vencimento final em 28 de julho de 2016. As referidas captações estão garantidas por aval da Companhia. A referida captação foi realizada para recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional (“medium-term notes”).

BAESA - Energética Barra Grande S.A. - Financiamentos com o BNDES

Sobre a maior parcela do principal da dívida, no montante total de R\$37.665 em 31 de dezembro de 2011 (R\$43.315 em 31 de dezembro de 2010), incidem juros de 3,125% a 4,125% ao ano acima da TJLP. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder essa taxa, será capitalizado com o saldo devedor, sendo liquidado na forma do principal, incidindo sobre essa parcela os mesmos encargos do financiamento do principal.

Sobre o restante do principal da dívida (“Subcrédito E”), no montante de R\$8.406 em 31 de dezembro de 2011 (R\$8.726 em 31 de dezembro de 2010), incidem juros de 3,125% ao ano acima de taxa calculada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de empréstimos em moeda estrangeira.

A amortização do principal e juros tem sido feita mensal e sucessivamente, sendo a primeira prestação com vencimento em 15 de setembro de 2006 e a última em 15 de agosto de 2018, para todos os subcréditos, exceto para o subcrédito E, cuja primeira prestação venceu em 15 de novembro de 2006 e a última vencerá em 15 de outubro de 2018.

Os contratos de financiamento mencionados anteriormente possuem cláusulas do tipo “debt covenants”, que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a controlada em conjunto BAESA está em conformidade com as referidas cláusulas.

Yguazú Cimentos S.A.

A controlada em conjunto Yguazú Cimentos S.A. captou empréstimo no Banco Itaú S.A. em 9 de agosto de 2010, no montante de US\$11 milhões (US\$3,85 milhões na proporção da Companhia), com incidência de juros de 4,25% a 6,5% ao ano e prazo de vencimento até fevereiro de 2013, com finalidade de construção de fábrica no Paraguai. A Companhia é garantidora desse empréstimo.

14.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercício findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2010	670.332	1.210.408
Captações de empréstimos e financiamentos	60.674	143.700
Encargos	58.995	101.544
Efeitos da variação monetária	2.596	12.539
Efeitos da variação cambial	(11.027)	(45.634)
Pagamento de juros	(43.460)	(81.693)
Pagamento do principal	(42.547)	(163.328)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>695.563</u>	<u>1.177.536</u>

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Captações de empréstimos e financiamentos	360.759	547.369
Encargos	57.558	98.099
Efeitos da variação monetária	1.437	1.437
Efeitos da variação cambial	40.433	91.471
Pagamento de juros	(59.341)	(97.599)
Pagamento do principal	(342.814)	(541.265)
Adições - CESTE (*)	132.899	132.899
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>886.494</u>	<u>1.409.947</u>

(*) Referem-se à parcela de empréstimos do acervo líquido decorrente da obtenção de cotas de participação do CESTE, conforme a nota explicativa nº 1.

Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2011, as parcelas de longo prazo possuem cronograma de vencimento, como segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	162.832	327.572
2014	42.037	106.888
2015	31.169	42.412
2016	259.063	373.937
2017	11.946	23.198
Após 2017	<u>191.602</u>	<u>199.821</u>
Total	<u>698.649</u>	<u>1.073.828</u>

15. DEBÊNTURES

Consolidado - passivo mantido ao custo amortizado

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Consolidado:				
1ª série - controlada em conjunto BAESA	100% da taxa DI + 0,3% a.a.	Agosto de 2016	5.517	6.677
2ª série - controlada em conjunto BAESA	100% da taxa DI + 0,3% a.a.	Agosto de 2016	4.525	5.476
Gastos com emissão			<u>(43)</u>	<u>(52)</u>
			<u>9.999</u>	<u>12.101</u>
Classificados no circulante - consolidado			2.260	2.298
Classificados no não circulante - consolidado			7.739	9.803

Na escritura pública de debêntures estão previstas certas condições restritivas, como a manutenção do endividamento total máximo equivalente a 75% dos seus ativos totais, as quais requerem que a controlada em conjunto mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos.

A movimentação das debêntures para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2010	11.218
Captações	3.365
Encargos	1.197
Pagamento de juros	(1.190)
Pagamento do principal	(2.489)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>12.101</u>
Encargos	1.349
Pagamento de juros	(1.378)
Pagamento do principal	(2.073)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u><u>9.999</u></u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de prováveis perdas e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios.

A provisão para riscos é composta como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Trabalhistas e previdenciários	6.390	8.875	8.337	11.451
Tributários (a)	11.194	13.575	11.194	13.575
Cíveis e outros (b)	<u>20.832</u>	<u>21.395</u>	<u>35.824</u>	<u>99.613</u>
	38.416	43.845	55.355	124.639
Depósito judicial (c)	<u>(3.682)</u>	<u>(2.988)</u>	<u>(3.682)</u>	<u>(2.988)</u>
Total	<u><u>34.734</u></u>	<u><u>40.857</u></u>	<u><u>51.673</u></u>	<u><u>121.651</u></u>

(a) Na controladora, referem-se substancialmente a autos de infração fiscal e ações judiciais relativos a: (i) ICMS - discussão sobre a base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária, sobre a base de cálculo em transferência de mercadorias entre estabelecimentos localizados em um mesmo Estado, sobre o Estado competente para cobrança do ICMS devido em operação de importação (importação indireta), e discussão sobre autuação por suposto aproveitamento indevido de créditos de ICMS; (ii) COFINS - discussão sobre regularidade na compensação de débitos da COFINS com créditos de FINSOCIAL, autorizada judicialmente; (iii) multa SUNAB - discussão de auto de infração decorrente da alegação de infringência ao disposto nas Leis nº 7.784/89, nº 8.035/90 e nº 8.178/91; e

- (iv) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - discussão sobre insuficiência de recolhimento de tributo, relacionada à exigência de correção monetária sobre empréstimo compulsório à Eletrobrás, no exercício de 1982, ano-base 1981.
- (b) No consolidado, em 31 de dezembro de 2010, a controlada Holdtotal S.A. possuía provisão para riscos cíveis no valor de R\$70.124, referente à multa aplicada pela Comissão Nacional de Defesa da Concorrência da Argentina (“CNDC”), por supostos atos praticados pela controlada Loma Negra, entre o período de 1º de julho de 1981 e 31 de agosto de 1999, que resultaram em infração à Lei de Defesa do Consumidor da Argentina. Em 9 de setembro de 2011, a CNDC declarou nula a infração aplicada à controlada Loma Negra; por esse motivo e tendo em conta a opinião de seus assessores jurídicos, a controlada reverteu a provisão para riscos cíveis que havia constituído no valor de R\$67.207.
- (c) A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2011 depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Trabalhistas e previdenciários	1.865	1.278	1.865	1.278
Tributários	183	1.653	183	1.653
Cíveis e outros	<u>1.634</u>	<u>57</u>	<u>1.634</u>	<u>57</u>
Total	<u>3.682</u>	<u>2.988</u>	<u>3.682</u>	<u>2.988</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem exposição de R\$248.981 (R\$240.599 em 31 de dezembro de 2010), por riscos trabalhistas (R\$3.788), tributários (R\$134.171) e cíveis (R\$19.690) e processos administrativos de outras naturezas (R\$91.332) cuja chance de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.

Outros

A Companhia e outras empresas do setor são partes em processos administrativos relacionados a aspectos de defesa da concorrência, em trâmite perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dos quais a Secretaria de Direito Econômico - SDE é parte, e para os quais não há provisão em 31 de dezembro de 2011 em razão do prognóstico de perda, considerado possível.

Em 9 de novembro de 2011, a SDE concluiu seu parecer no processo administrativo que apura supostas infrações à ordem econômica e encaminhou o processo ao julgamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, recomendando a aplicação das multas e penalidades previstas no artigo 23 da Lei nº 8.884/94 às empresas envolvidas.

O CADE deverá avaliar o caso e emitir a sua opinião, que será final no âmbito administrativo, podendo ou não seguir as recomendações da SDE. Caso o CADE decida pela condenação da Companhia, as competentes medidas judiciais cabíveis serão tomadas.

O valor da possível perda nesse processo pode variar de 1% a 30% do faturamento bruto, líquido dos impostos, do exercício anterior à instauração dos processos administrativos, que ocorreram em 2003, 2005 e 2007.

A Administração da Companhia e os seus assessores jurídicos entendem que a recomendação da SDE não deve prosperar contra a Companhia, em razão da existência de argumentos relevantes que devem ser considerados pelas autoridades competentes em todas as instâncias legais aplicáveis. Assim, eles mantêm a opinião de que a chance de perda não é provável.

A movimentação da provisão para riscos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	Controladora				Total
	<u>Trabalhistas e previdenciários</u>	<u>Tributários</u>	<u>Cíveis e outros</u>	<u>Depósito judicial</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	8.875	13.575	21.395	(2.988)	40.857
Constituição	6.138	4.648	421	(2.590)	8.617
Pagamento/reversão	(9.856)	(10.790)	(2.781)	-	(23.427)
Atualização	1.233	3.761	1.797	(277)	6.514
Resgate de depósito judicial	-	-	-	<u>2.173</u>	<u>2.173</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>6.390</u>	<u>11.194</u>	<u>20.832</u>	<u>(3.682)</u>	<u>34.734</u>

	Consolidado				Total
	<u>Trabalhistas e previdenciários</u>	<u>Tributários</u>	<u>Cíveis e outros</u>	<u>Depósito judicial</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	11.451	13.575	99.613	(2.988)	121.651
Constituição	6.157	4.648	4.957	(2.590)	13.172
Pagamento/reversão	(10.606)	(10.790)	(73.641)	-	(95.037)
Atualização	1.233	3.761	1.797	(277)	6.514
Variação cambial	102	-	3.098	-	3.200
Resgate de depósito judicial	-	-	-	<u>2.173</u>	<u>2.173</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>8.337</u>	<u>11.194</u>	<u>35.824</u>	<u>(3.682)</u>	<u>51.673</u>

17. PROVISÃO PARA RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL

A movimentação das provisões para reconstituição ambiental no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2010	50.472	82.884
Utilização	-	(362)
Atualização	3.120	8.744
Variação cambial	-	(2.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>53.592</u>	<u>88.293</u>
Utilização	(2.584)	(9.083)
Atualização	3.524	6.450
Variação cambial	-	1.373
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>54.532</u>	<u>87.033</u>

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Previdência privada

A Companhia proporciona aos funcionários um plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contribuiu com o montante de R\$950 (R\$666 em 31 de dezembro de 2010).

b) Outros benefícios a empregados

São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como: auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2011 é de R\$26.483 na controladora (R\$21.434 em 31 de dezembro de 2010), e R\$41.932 no consolidado (R\$25.805 em 31 de dezembro de 2010).

19. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo e vendas e compras de produtos e serviços.

Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são os seguintes:

	Controladora						
	31.12.2011						
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		
Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas	Adiantamentos a fornecedores	Fornecedores	Partes relacionadas	Adiantamento de clientes	
Controlada em conjunto:							
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	-	57	-	3.724	-	-
Entidades sob controle comum:							
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	317	-	-	-	1.039	-	30
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	2.267	-	-	-	-	-	17
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	2	-	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa Construções Industriais	-	753	-	-	-	-	-
InterCement Participações	-	-	-	-	-	-	10.288
InterCement Áustria Holding	-	-	-	598	-	55.332	-
Controladas:							
CCCimentos Participações Ltda.	-	-	-	-	-	1.676	-
Loma Negra C.I.A.S.A. (c)	-	-	-	-	-	72.744	-
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	-	-	2.354	-	-	-	-
Controladora final-							
Camargo Corrêa S.A. (d)	57	-	-	-	-	-	-
Outras	61	35	99	-	4	-	-
Total em 31 de dezembro de 2011	<u>2.704</u>	<u>788</u>	<u>2.510</u>	<u>598</u>	<u>4.767</u>	<u>129.752</u>	<u>10.335</u>

	Controladora					
	31.12.2010					
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas	Adiantamentos a fornecedores	Fornecedores	Partes relacionadas	Adiantamento de clientes
Controlada em conjunto:						
Yguazú Cimentos S.A. (b)	350	-	-	-	-	-
Entidades sob controle comum:						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	575	16	-	-	914	9
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	1.363	-	-	-	-	14
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	2.057	-	-	-	-	-
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas (b)	-	-	-	1.198	3.858	-
Controladas:						
CCCimentos Participações Ltda.	-	-	-	-	-	1.693
Loma Negra C.I.A.S.A. (c)	-	-	-	-	-	44.306
Controladora final-						
Camargo Corrêa S.A. (d)	-	4.303	-	-	-	-
Outras	3	-	99	-	334	-
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>4.348</u>	<u>4.319</u>	<u>99</u>	<u>1.198</u>	<u>5.106</u>	<u>23</u>

	Consolidado					
	31.12.2011					
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas	Adiantamentos a fornecedores	Fornecedores	Partes relacionadas	Adiantamento de clientes
Entidades sob controle comum:						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	317	-	-	-	1.039	30
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	2.267	-	-	-	-	17
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	2	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa Construções Industriais	-	753	-	-	-	-
InterCement Participações	-	-	-	-	-	10.288
InterCement Áustria Holding	-	-	-	598	-	55.332
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg	-	-	-	-	974	-
Controladora final-						
Camargo Corrêa S.A. (d)	57	-	-	-	-	-
Outras	61	35	99	-	4	-
Total em 31 de dezembro de 2011	<u>2.704</u>	<u>788</u>	<u>99</u>	<u>598</u>	<u>1.043</u>	<u>10.335</u>

	Consolidado					
	31.12.2010					
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas	Adiantamentos a fornecedores	Fornecedores	Adiantamento de clientes	
Entidades sob controle comum:						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	575	16	-	-	914	9
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	1.363	-	-	-	-	14
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	2.057	-	-	-	-	-
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas (b)	-	-	-	1.198	3.858	-
Controladora final-						
Camargo Corrêa S.A. (d)	-	4.303	-	-	-	-
Outras	3	-	99	-	334	-
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>3.998</u>	<u>4.319</u>	<u>99</u>	<u>1.198</u>	<u>5.106</u>	<u>23</u>

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são como segue:

	Controladora					
	31.12.2011			31.12.2010		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Controladas em conjunto:						
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	42.847	-	-	29.888	-
Yguazú Cimentos S.A. (b)	1.275	-	-	2.254	-	-
Entidades sob controle comum:						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	3.197	11.180	-	3.183	14.043	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	24.193	-	-	15.054	-	-
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas (b)	752	84.366	-	774	38.462	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	3.696	-	-	7.927	-	-
Camargo Corrêa Geração de Energia S.A.	-	2.603	-	-	7.129	-
Serra do Facão Energia S.A.	-	-	-	505	-	-
Cimpor Trading S.A. (b)	1.025	7.566	-	-	-	-
Construções Camargo Corrêa Energia S.A.	-	398	-	-	-	-
Controlada-						
Loma Negra C.I.A.S.A. (c)	-	-	6.367	-	-	(2.040)
Controladora final-						
Camargo Corrêa S.A. (d)	541	528	-	-	-	1.735
Outras	196	27	185	187	-	4
Total	<u>34.875</u>	<u>149.515</u>	<u>6.552</u>	<u>29.884</u>	<u>89.522</u>	<u>(301)</u>
Consolidado						
31.12.2011			31.12.2010			
Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros	
Entidades sob controle comum:						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	3.197	11.180	-	3.183	-	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	24.193	-	-	15.054	-	-
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas (b)	752	84.366	-	774	38.462	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	3.696	-	-	7.927	-	-
Camargo Corrêa Geração de Energia S.A.	-	2.603	-	-	7.129	-
Serra do Facão Energia S.A.	-	-	-	505	-	-
Cimpor Trading S.A.	1.025	7.566	-	-	-	-
Construções Camargo Corrêa Energia S.A.	-	398	-	-	-	-
Controladora final-						
Camargo Corrêa S.A. (d)	541	528	-	-	-	1.735
Outras	196	27	185	692	-	-
Total	<u>33.600</u>	<u>106.668</u>	<u>185</u>	<u>28.135</u>	<u>45.591</u>	<u>1.735</u>

- (a) Contrato de compra e venda de energia entre as empresas do consórcio BAESA.
- (b) Compra e venda de mercadorias e serviços.
- (c) Refere-se a empréstimos de mútuo no valor total de US\$34,5 milhões, sujeito a juros entre 3,9% e 4,15% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de julho de 2012 e 13 de dezembro de 2013.
- (d) Na controladora, o resultado financeiro refere-se a contrato de mútuo entre a Companhia e sua controladora CCSA, com incidência de juros de 110% do CDI, liquidado em 16 de março de 2010.

Remuneração dos Administradores

a) Controladora

Em 30 de abril de 2011, o valor da remuneração de curto prazo do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários para o exercício de 2011 foi fixado em até R\$14.255, não incluídos encargos sociais, acrescido de provisão de férias e benefícios de qualquer natureza, conforme deliberação das Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária.

Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Curto prazo:		
Salários, remuneração variável e outros benefícios (i)	9.118	6.569
Salários, remuneração variável e outros benefícios (ii)	2.885	2.304
Encargos	2.107	1.703
Longo prazo (benefícios pós-emprego)-		
Previdência privada	<u>145</u>	<u>138</u>
Total da remuneração	<u>14.255</u>	<u>10.714</u>

(i) Remuneração dos Diretores Estatutários.

(ii) Remuneração do Conselho de Administração.

b) Consolidado

O montante pago até 31 de dezembro de 2011 é de R\$18.685, sendo: (i) R\$18.540 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios; e (ii) R\$145 referentes a benefícios pós emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada (R\$14.401 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, sendo R\$14.166 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios e R\$235 referentes a benefícios pós emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada).

20. CAPITAL SOCIAL, DIVIDENDOS E RESERVAS

	<u>31.12.2011</u>
Capital social no início do exercício	906.431
Aumento de capital - reservas de retenção de lucros em 3 de abril de 2011	12.185
Aumento de capital em 15 de abril de 2011 (*)	<u>86.213</u>
Capital social no fim do exercício	<u>1.004.829</u>

(*) Aumento de capital relacionado à incorporação do CESTE, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

O capital social em 31 de dezembro de 2011 é representado por 212.486.766 (203.256.241 em 31 de dezembro de 2010) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 117.660.556 ordinárias (112.549.326 em 31 de dezembro de 2010) e 94.826.210 preferenciais (90.706.915 em 31 de dezembro de 2010).

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas conferem prioridade à distribuição de dividendos anuais, não cumulativos, de 6% sobre o valor do capital social correspondente às ações preferenciais; os dividendos nunca poderão ser inferiores aos que couberem às ações ordinárias.

Reserva de lucros

Corresponde à retenção de lucros para aplicação em projetos de investimentos, conforme orçamento a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e segundo artigo 194 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia constituiu reserva de lucros no montante de R\$219.721 (R\$194.831 em 31 de dezembro de 2010), que será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2012.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

	<u>Controladora</u> <u>31.12.2011</u>
Lucro do exercício	302.580
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	6.818
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(15.470)</u>
	<u>293.928</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>73.482</u>
Proposta da Administração:	
Dividendos pagos referentes a exercícios anteriores	87.120
Constituição de reserva para investimento	220.475

Em Reunião do Conselho de Administração em 11 de maio de 2011, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos intermediários de exercícios anteriores no montante de R\$87.120, sendo R\$0,41 por ação ordinária e preferencial, nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, dos quais R\$76.750 foram pagos durante o exercício de 2011.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	395.187	303.298	458.448	353.880
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(134.364)	(103.121)	(155.872)	(120.319)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	56.779	29.812	-	-
Adições permanentes, líquidas (b)	(504)	(6.256)	22.517	(5.316)
Diferença de alíquota para resultado no exterior	-	-	(1.560)	-
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa durante o período para compensação de multa e juros de parcelamento de impostos (a)	(9.908)	-	(9.908)	-
Créditos fiscais não constituídos na controladora e nas investidas	-	9.399	-	9.399
Reversão de prejuízo fiscal e base negativa	(5.126)	-	(5.126)	-
Outros	<u>516</u>	<u>(8.608)</u>	<u>(1.688)</u>	<u>(11.240)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(92.607)</u>	<u>(78.774)</u>	<u>(151.637)</u>	<u>(127.476)</u>

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 13.
- (b) No consolidado refere-se substancialmente à reversão de provisão para riscos cíveis, na controlada Loma Negra, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e sobre as diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas entre os livros fiscais e societários até o limite considerado passível de realização pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
No ativo:				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	143.563	163.329	143.563	163.829
Riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15.407	25.124	15.407	25.124
Provisão para reconstituição ambiental	14.507	13.905	29.558	26.050
PIS e COFINS sobre receitas financeiras e outras receitas não operacionais (impostos parcelados)	26.082	26.277	26.082	26.277
Provisões para participação nos lucros	7.532	791	7.532	791
Provisões para serviços de terceiros	4.060	1.828	4.060	1.828
Outras provisões temporárias	15.296	5.414	21.344	12.305
Total - classificado no não circulante	<u>226.447</u>	<u>236.668</u>	<u>247.546</u>	<u>256.204</u>
No passivo:				
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	234.441	165.691	234.441	165.691
Varição cambial tributada no regime de caixa	14.446	31.762	72.603	88.188
Custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	49.799	40.971
Avaliação da vida útil do imobilizado (*)	14.954	-	14.954	-
Outras provisões temporárias	15.957	12.769	18.917	12.800
Total - classificado no não circulante	<u>279.798</u>	<u>210.222</u>	<u>390.714</u>	<u>307.650</u>

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre taxa de depreciação contábil e fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto no Decreto nº 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR).

Em 31 de dezembro de 2011, a expectativa de realização da parcela do ativo não circulante é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	-	12.109
2013	5.443	10.378
2014	62.520	64.149
2015	104.100	104.907
2016	<u>54.384</u>	<u>56.003</u>
Total	<u>226.447</u>	<u>247.546</u>

Essa expectativa de realização considera o histórico de lucratividade, as projeções de resultados tributáveis futuros e o prazo esperado para a reversão das diferenças temporárias. A parcela do passivo terá início de liquidação após 2016, data em que os empréstimos em moeda estrangeira serão pagos, conforme a nota explicativa nº 14 e pelo fato de a realização do ágio não ser previamente definida.

22. RECEITAS

A análise das receitas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Venda de produtos	1.856.410	1.539.910	3.193.901	2.698.551
Serviços prestados	322.286	370.064	390.053	433.639
(-) Impostos sobre vendas	(507.869)	(457.737)	(530.175)	(476.902)
(-) Abatimentos/descontos	<u>(18.735)</u>	<u>(13.187)</u>	<u>(169.406)</u>	<u>(180.842)</u>
Total	<u>1.652.092</u>	<u>1.439.050</u>	<u>2.884.373</u>	<u>2.474.446</u>

Os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como IPI, ICMS, PIS, COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS e IVA.

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Depreciação e amortização	(67.064)	(83.840)	(126.956)	(138.704)
Salários e benefícios a empregados	(154.993)	(131.769)	(186.180)	(290.034)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(434.290)	(426.674)	(670.424)	(471.397)
Despesas tributárias	(29.973)	(20.179)	(72.468)	(62.055)
Serviços de terceiros	(126.630)	(103.297)	(181.392)	(144.359)
Despesas com aluguel	(24.587)	(16.872)	(28.329)	(18.720)
Despesas com frete	(190.119)	(115.956)	(301.340)	(192.250)
Despesas com manutenção	(83.927)	(95.430)	(183.888)	(164.292)
Despesas com combustível	(131.875)	(116.306)	(265.432)	(229.842)
Despesas com eletricidade	(72.892)	(47.200)	(158.733)	(116.839)
Constituição de provisão para riscos	(4.572)	(26.420)	(4.572)	(26.420)
Outras receitas (despesas)	<u>15.621</u>	<u>(17.044)</u>	<u>(57.836)</u>	<u>(178.215)</u>
Total	<u>(1.305.301)</u>	<u>(1.200.987)</u>	<u>(2.237.550)</u>	<u>(2.033.127)</u>
Custo das vendas e serviços	(1.195.743)	(1.070.637)	(2.056.016)	(1.779.063)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(132.982)	(106.306)	(257.723)	(215.528)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (*)	<u>23.424</u>	<u>(24.044)</u>	<u>76.189</u>	<u>(38.536)</u>
Total	<u>(1.305.301)</u>	<u>(1.200.987)</u>	<u>(2.237.550)</u>	<u>(2.033.127)</u>

(*) O saldo de outras receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é representado pela constituição de créditos extemporâneos de PIS e COFINS, relacionados substancialmente a importações de produtos aplicados ao processo produtivo, mudança na metodologia de cumulativa para não cumulativa sobre a venda de concreto e apuração de créditos extemporâneos e pelo ganho na adesão da Companhia ao Programa de Parcelamento de Débitos da Secretaria da Receita Federal do Brasil - REFIS. No consolidado, refere-se à reversão de provisão para riscos cíveis, na controlada Loma Negra, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Variação cambial:				
Receita com variação cambial	65.404	59.958	66.949	69.448
Despesa com variação cambial	(119.832)	(48.223)	(144.057)	(67.404)
Total	<u>(54.428)</u>	<u>11.735</u>	<u>(77.108)</u>	<u>2.044</u>
Receitas financeiras:				
Variação monetária	4.741	6.313	4.745	6.317
Rendimento financeiro	6.509	16.280	10.650	19.650
Juros ativos	2.983	8.963	2.983	14.378
Outras receitas	<u>1.157</u>	<u>2.713</u>	<u>2.661</u>	<u>3.617</u>
Total	<u>15.390</u>	<u>34.269</u>	<u>21.039</u>	<u>43.962</u>
Despesas financeiras:				
Variação monetária	(3.245)	(10.877)	(3.245)	(13.405)
Despesa com juros e encargos (*)	(71.013)	(50.159)	(112.369)	(95.869)
Despesa de multas	(4.539)	(2.340)	(7.276)	(3.214)
Outras despesas	<u>(765)</u>	<u>(5.075)</u>	<u>(9.416)</u>	<u>(20.957)</u>
Total	<u>(79.562)</u>	<u>(68.451)</u>	<u>(132.306)</u>	<u>(133.445)</u>

(*) O saldo inclui despesa com pagamento de prêmio para a liquidação parcial dos “bonds”, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

25. COMPROMISSOS

a) Contratos de arrendamento como arrendatário

Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos têm prazos de duração entre cinco e dez anos. Todos os contratos válidos por mais de cinco anos contêm cláusulas de revisão do valor de mercado do aluguel a cada cinco anos. O Grupo não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. A estimativa de pagamentos de aluguéis, em valores nominais, é composta por:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Até 1 ano	7.196	7.525	7.430	7.910
De 1 a 5 anos	24.353	30.991	24.363	31.177
Mais de 5 anos	<u>57.199</u>	<u>57.037</u>	<u>57.199</u>	<u>57.037</u>
Total	<u>88.748</u>	<u>95.553</u>	<u>88.992</u>	<u>96.124</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu o montante de R\$4.333 (R\$3.016 em 31 de dezembro de 2010) referente às despesas com operações de arrendamento mercantil operacional.

b) Contratos de compra

A Companhia possui acordo contratual de aquisição de escória bruta, com prazo previsto para 2021, correção anual pelo IGP-M e estimativa de desembolso total, em valores nominais, conforme segue:

	<u>31.12.2011</u>
2012	42.766
2013	41.387
2014	37.014
2015	46.127
2016	46.127
Após 2016	<u>230.635</u>
Total	<u>444.056</u>

26. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 e o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, no quadro a seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Numerador básico e diluído				
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas - R\$	302.580	224.524	306.811	226.404
Denominador básico e diluído				
Ações disponíveis	212.486.766	203.256.241	212.486.766	203.256.241
Lucro líquido por ação básico - R\$	1,4438	1,1046	1,4639	1,1139
Lucro líquido por ação diluído - R\$	1,4438	1,1046	1,4639	1,1139

27. SEGUROS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm política de efetuar cobertura de seguros de forma global dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração.

28. AVAIS E FIANÇAS PRESTADOS

A Companhia forneceu garantia para o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID em 11 de dezembro de 2009, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada Loma Negra e o BID, com vencimento até 2017, cujo objeto foi a concessão de crédito no valor de até US\$125.000 mil, destinado a modernização e expansão de fábricas na Argentina.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. Objetivos da administração dos riscos financeiros

Os riscos críticos associados às operações da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto vêm sendo gerenciados por metodologia própria.

Os riscos de natureza econômico-financeira referem-se principalmente às taxas de câmbio e de juros e à inadimplência de clientes.

A gestão de recursos, instrumentos e riscos financeiros é realizada pela Diretoria Financeira Corporativa e pelas unidades de negócio, em conjunto com a controladora (“CCSA”), cujo Departamento de Tesouraria Corporativa presta serviços às empresas do Grupo, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e de suas controladas por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive de moeda, de taxa de juros e outros riscos de preços), de crédito e de liquidez.

A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. O monitoramento do cumprimento das disposições contida nas políticas é realizado por equipe da diretoria corporativa de gestão de riscos e auditoria e pelo corpo de auditores internos.

29.2. Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 14 e nº 15, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa nº 20).

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não estão sujeitas a nenhum requerimento externo sobre o capital.

29.3. Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ativos financeiros - custo amortizado:				
Caixa e bancos	17.090	11.145	41.885	31.885
Aplicações financeiras - ativo financeiro	1.530	22.279	49.100	132.685
Contas a receber de clientes	142.781	131.371	247.264	213.025
Partes relacionadas	2.510	99	99	99
Valor justo por meio do resultado-				
Fundos exclusivos	56.824	117.423	56.824	117.423

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Passivos financeiros - custo amortizado:				
Debêntures	-	-	9.999	12.101
Empréstimos e financiamentos	801.545	436.391	1.239.243	751.823
“Medium-term notes”	84.949	259.172	170.794	425.713
Fornecedores	111.369	83.813	284.315	206.710

29.4. Ativos financeiros designados como ao valor justo por meio do resultado

O valor justo dos fundos exclusivos (mantidos para negociação) foi obtido através das informações disponíveis ao público, sem nenhum tipo de ajuste, sendo, portanto, classificado como nível 1, conforme definido no pronunciamento técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros.

Derivativos

Em virtude das obrigações financeiras em moeda estrangeira assumidas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, seguindo diretrizes estabelecidas pelos respectivos Conselhos de Administração, operações com instrumentos financeiros derivativos podem ser contratadas para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar por importação de insumos produtivos, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia realizou diversas operações com instrumentos derivativos, do tipo “swap”, com o Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch. Esses instrumentos consistem na troca dos juros e da variação cambial em dólares norte-americanos contratados nos empréstimos por uma correção relacionada à variação de 99,7% do CDI. As principais características são como segue:

Controladora				
<u>Data da contratação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor original do empréstimo contratado em US\$ (*)</u>	<u>Taxa inicial</u>	<u>Valor do principal do empréstimo em R\$ (*)</u>
30/05/2011	03/06/2013	3.917	1,5799	6.188
31/05/2011	17/06/2013	2.347	1,5790	3.707
31/05/2011	17/06/2013	4.826	1,6108	7.774
15/06/2011	27/06/2013	650	1,6027	1.042
15/06/2011	27/06/2013	2.319	1,5988	3.707
01/07/2011	01/07/2013	3.094	1,5837	4.900
01/07/2011	01/07/2013	772	1,5725	1.213
28/07/2011	05/08/2013	1.455	1,5333	2.230
03/08/2011	05/08/2013	3.247	1,5449	5.016
18/08/2011	19/08/2013	6.767	1,5830	10.712
18/08/2011	19/08/2013	2.936	1,5900	4.668
05/09/2011	09/09/2013	1.577	1,6490	2.600
16/09/2011	23/09/2013	2.528	1,7184	4.344
23/09/2011	23/09/2013	<u>5.479</u>	1,7127	<u>9.383</u>
Total		<u>41.914</u>		<u>67.484</u>

- (*) Os contratos de “swap” correspondem exatamente aos valores em dólares norte-americanos e reais demonstrados no quadro anterior com períodos de vencimento também idênticos. Portanto, os empréstimos estão contabilizados conforme a nota explicativa nº 14, como se a taxa contratada originalmente fosse 99,7% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2011, a controlada Loma Negra possui substancialmente a operação com instrumento derivativo, do tipo “swap”, com o Banco JP Morgan Chase Bank N.A., Sucursal Buenos Aires, cujo valor de referência é de US\$7,25 milhões, equivalentes a R\$13.444, considerando a taxa de câmbio prevalecente na data da contratação, em 15 de março de 2008, com vencimento para 15 de março de 2013. Esse instrumento consiste na troca de juros e da variação cambial em dólares-norte americanos contratados nos empréstimos por uma correção relacionada a um percentual fixo estabelecido de 7,25%. Em 31 de dezembro de 2011, o valor de mercado é de R\$9.931 e a perda no exercício representa R\$137. A variação do valor justo dessas operações está classificada na rubrica “Despesas financeiras”.

29.5. Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

Risco de taxa de câmbio

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira, principalmente em dólar norte-americano e pesos argentinos, e seus resultados podem ser significativamente afetados pela variação da taxa de câmbio.

Os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ativo-				
Contas a receber	<u>647</u>	<u>350</u>	<u>647</u>	<u>350</u>
Ativo exposto	<u>647</u>	<u>350</u>	<u>647</u>	<u>350</u>
Passivo:				
Juros, empréstimos, financiamentos e debêntures	402.557	262.700	762.053	632.009
Mútuo com partes relacionadas	40.255	39.833	55.332	-
Fornecedores no exterior	<u>75.966</u>	<u>66.515</u>	<u>40.839</u>	<u>74.828</u>
Passivo exposto	<u>518.778</u>	<u>369.048</u>	<u>858.224</u>	<u>706.837</u>

29.6. Valores de mercado

Na Companhia e suas controladas os empréstimos e financiamentos e os outros passivos financeiros classificados como custo amortizado aproximam-se dos valores de mercado, mesmo aqueles contabilizados no não circulante, com exceção do empréstimo “Medium-term notes” e do empréstimo com o BID.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Valor justo	86.091	261.359	328.560	615.809
Valor contabilizado	84.949	259.172	337.630	620.323

29.7. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, CDI, LIBOR, IPCA e TJLP nos empréstimos e debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Ativo-				
CDI	<u>58.354</u>	<u>139.702</u>	<u>61.269</u>	<u>143.046</u>
Passivo:				
IGP-M	37.025	45.764	37.025	45.764
CDI	-	-	9.999	12.101
IPCA	3.705	4.547	3.705	4.547
TJLP	360.053	329.084	406.124	372.398
Outros	<u>83.154</u>	<u>14.727</u>	<u>83.154</u>	<u>14.727</u>
Total do passivo	<u>483.937</u>	<u>394.122</u>	<u>540.007</u>	<u>449.537</u>

29.8. Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

29.9. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e aqueles expostos a variações do IGP-M, CDI, IPCA e TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
<u>Exposição ao risco cambial</u>							
“Swaps”	Valorização do real	448	991	1.778	835	2.917	5.242
Ativo-							
Aplicações financeiras		-	-	-	181	135	90
Passivo:							
Juros, empréstimos e financiamentos	Desvalorização do real	25.209	31.512	37.814	48.147	37.246	49.283
Mútuo com partes relacionadas	Desvalorização do real	4.757	5.947	7.433	-	-	-
Fornecedores no exterior	Desvalorização do real	2.521	3.151	3.939	2.521	3.151	3.939
<u>Exposição a índices variáveis</u>							
“Swaps”	Aumento do índice	-	-	-	(1.337)	(1.237)	(1.061)

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Aplicações financeiras- CDI	Queda do índice	5.742	4.307	2.871	6.029	4.522	3.014
Empréstimos e debêntures:							
IGP-M	Aumento do índice	1.525	1.906	2.288	1.525	1.906	2.288
CDI	Aumento do índice	-	-	-	984	1.230	1.476
IPCA	Aumento do índice	268	336	403	268	336	403
URTJLP	Aumento do índice	21.603	27.004	32.405	24.367	30.459	36.551

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das referidas operações. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25% e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2012.

30. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Capitalização de juros	3.588	6.480	3.588	6.480
Aquisição de imobilizado através de financiamento	20.036	4.618	30.209	4.618
Aquisição de terrenos que serão pagos futuramente	16.708	-	16.708	-
Prescrição de dividendos	11	818	11	818

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 19 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital no valor de R\$55.332, por meio de emissão de 6.472.106 ações da classe ordinária e 5.228.706 ações da classe preferencial, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$4,73 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, mediante a capitalização de recursos aportados pela sócia Cauê Áustria Holding GMBH e contabilizados na conta “Partes relacionadas”.

- b) Em 24 de janeiro de 2012, a Companhia, recebeu de sua controladora Cauê Áustria Holding GMBH US\$25 milhões, a título de mútuo, com vencimento em 27 de julho de 2016. Sobre esse montante incidirão juros de 3,50% + LIBOR de seis meses, pagos semestralmente.

32. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de março de 2012, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2011, estando aprovadas para divulgação.
